

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

**AMILSON ALBUQUERQUE LIMEIRA FILHO**

**A VOZ DA VÍTIMA NO PROCESSO INTERNACIONAL: Uma análise jurídico-  
normativa do Tribunal Penal Internacional**

**SANTA RITA**

**2018**

**AMILSON ALBUQUERQUE LIMEIRA FILHO**

**A VOZ DA VÍTIMA NO PROCESSO INTERNACIONAL: Uma análise jurídico-normativa do Tribunal Penal Internacional**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas de Santa Rita do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, como exigência da obtenção do título de Bacharel em Ciências Jurídicas.

**Orientador:** Prof. Dr. Sven Peterke.

**SANTA RITA**

**2018**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

L733v Limeira Filho, Amilson Albuquerque.

A voz da vítima no processo internacional: Uma análise  
jurídico-normativa do Tribunal Penal Internacional /  
Amilson Albuquerque Limeira Filho. – João Pessoa, 2018.  
80 f.

Orientação: Sven Peterke.  
Monografia (Graduação) – UFPB/CCJ.

1. Vítima. 2. Vitimologia. 3. Processo Penal  
Internacional. 4. Tribunal Penal Internacional. I.  
Peterke, Sven. II. Título.

UFPB/BC

**AMILSON ALBUQUERQUE LIMEIRA FILHO**

**A VOZ DA VÍTIMA NO PROCESSO INTERNACIONAL: Uma análise jurídico-normativa do Tribunal Penal Internacional**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas de Santa Rita do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, como exigência da obtenção do título de Bacharel em Ciências Jurídicas.

**Orientador:** Prof. Dr. Sven Peterke.

Data de Aprovação: 28/05/2018

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Sven Peterke (Orientador)

---

Prof. Henrique Lenon Farias Guedes (Avaliador externo)

---

Prof. Danielle da Rocha Cruz (Avaliadora)

**SANTA RITA  
2018**

## DEDICATÓRIA

À força divina que tem me guiado desde sempre. À minha guerreira, que tanto lutou para que eu pudesse falar para o mundo e para que o mundo pudesse me ouvir. Ao meu guerreiro, homem simples, honesto e batalhador, que mesmo sendo analfabeto, sempre se orgulhou da paixão do filho pelo conhecimento. À professora Maria das Neves, carinhosamente conhecida por Nevita, ao empreender comigo viagem, sem passagem de volta, pelo surpreendente mundo da filosofia. Gratidão é tudo que sinto.

## **AGRADECIMENTOS**

Para não pecar pelo excesso ou pela falta de palavras, para não ser injusto ou demasiadamente generoso, para não gerar atritos ou a falsa sensação de gratidão, me certifiquei de agradecer pessoalmente a cada um dos envolvidos no processo de graduação. No decorrer dessa jornada consegui perceber que palavras são tão pouco e ao mesmo tempo são tudo o que temos, pois é pela linguagem que conhecemos o mundo, a história, a norma e o outro. É pela palavra que conseguimos acessar o mais profundo conhecimento filosófico, ou rir daquela piada ambígua despretensiosa. É pela palavra que alcançamos o coração e a atenção de muitas pessoas. Contudo, também é pela palavra que surgem os conflitos, que se expandem as animosidades e que se geram os mais profundos dissabores. Palavras são construções inacabadas. Assim sendo, parafraseio Vânia Ortiz, quando afirma que "há palavras que nada dizem e silêncios que tudo dizem", optando pelo fecundo espaço do silêncio, enquanto voz complexa e infindável, para expressar a minha mais profunda gratidão a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta monografia, posto que me faltam palavras para expressar tamanha gratidão. Destarte, repito, gratidão é tudo o que sinto.

*Ak'imuhana kaza imura ihise.*

A ajuda externa sempre chega quando a chuva já parou.

**Provérbio ruandês**

## RESUMO

A proposta de uma Corte Penal Internacional com jurisdição permanente em resposta ao anseio pelo fim da cultura de irresponsabilidade e penalização dos graves crimes resulta de uma atuação enérgica da comunidade internacional, tendo ganhado fôlego em momento posterior às duas Grandes Guerras, repercutindo na insurgência de um novo paradigma balizador do Direito Internacional Penal. Com efeito, partindo da premissa de que a humanização desse ramo teria possibilitado a consolidação de uma consciência histórica atenta às reais necessidades das vítimas acometidas pelos crimes de guerra e graves violações de Direitos Humanos, o presente trabalho se desenvolve com vistas a compreender do ponto de vista histórico, normativo e jurídico como referida Corte receberia a categoria da vítima, considerando o impacto das atuais discussões voltadas para a vitimologia. Para tanto, se estrutura em três eixos: Iniciando com uma apresentação do contexto histórico que antecede a discussão, pontuando as tentativas de implementação de Cortes internacionais no decorrer da história, para então expor aspectos relativos à estrutura e funcionamento do Tribunal Penal Internacional (TPI), com sequência na abordagem da vítima enquanto categoria epistemológica no processo penal doméstico e internacional, evidenciando seu trato pelo Estatuto de Roma (ER) e a sua localização nas experiências ofertadas pelas Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja (CECC), culminando, enfim, com o estudo de caso *The Prosecutor v. Thomas Lubanga Dyilo*, com o objetivo de analisar o tratamento conferido pela corte aos sujeitos vitimados nas fases de investigação, julgamento e apelação, através de aplicação do método indutivo e da realização de pesquisa qualitativa, aferindo-se, desde logo, que o regime de participação sofre certas limitações quando aplicado casuisticamente pela Corte, refletindo, outrossim, na mitigação do acesso à justiça.

**Palavras-chave:** Vítima. Vitimologia. Processo Penal Internacional. Tribunal Penal Internacional.



## ABSTRACT

The proposal of an International Criminal Court with permanent jurisdiction in response to the yearning for the end of the culture of irresponsibility and penalization of the core crimes results from a vigorous action of the international community, having won breath at a later time the two Great Wars, reverberating in the insurgency for a new paradigm advisor of International Criminal Law. In fact, based on the premise that the humanization of this branch would have made it possible to consolidate a historical conscience that is attentive to the real needs of the victims of war crimes and serious violations of Human Rights, the present work is developed with the aim of understanding from the historical, normative and juridical perspective as said Court would receive the category of the victim, considering the impact of the current discussions focused on the victimology. It begins with a presentation of the historical context that precedes the discussion, punctuating the attempts to implement international Courts throughout history, and then to present aspects related to the structure and functioning of the International Criminal Court (ICC) , with a sequence in the approach of the victim as epistemological category in the domestic and international criminal process, evidencing its treatment by the Rome Statute (ER) and its location in the experiences offered by the Extraordinary Chambers in the Courts of Cambodia (ECCC), culminating, finally, with the study of the case *The Prosecutor v. Thomas Lubanga Dyilo*, with the objective of analyzing the treatment conferred by the court on the subjects victimized in the investigation, trial and appeal phases, through the application of the inductive method and the conduction of qualitative research, having been verified that the arrangements for participation suffers certain limitations when applied causistically by the Court reflecting, also, in the mitigation of access to justice.

**Keywords:** Victim. Victimology. International Criminal Procedure. International Criminal Court.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**CAVR** – Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação do Timor-Leste

**CECC** – Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja

**CICV** – Comitê Internacional da Cruz Vermelha

**DIDH** – Direitos Internacionais dos Direitos Humanos

**DIH** – Direito Internacional Humanitário

**ER** – Estatuto de Roma

**FPLC** – Força Patriótica para a Libertação do Congo

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**RPE** – Regimento Interno de Procedimento e Evidência

**TPI** – Tribunal Penal Internacional

**TPIJ** – Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia

**TPIR** – Tribunal Penal Internacional para Ruanda

**UNTAET** – Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2. DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (TPI).....</b>	<b>10</b>
2.1 A consolidação de uma consciência histórica voltada para a criação de uma Corte Penal Internacional .....	13
2.2 Algumas tentativas de implementação de Cortes Penais Internacionais .....	18
2.3 Estrutura e Jurisdição do Tribunal Penal Internacional .....	23
<b>3. DA VÍTIMA NO PROCESSO PENAL INTERNACIONAL .....</b>	<b>29</b>
3.1 Considerações iniciais sob a perspectiva do direito penal doméstico .....	32
3.2 A vítima no processo criminal internacional.....	35
3.3 Novas vozes no processo: Uma análise normativa do Estatuto de Roma .....	42
3.4 A experiência das Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja .....	46
<b>4. DO CASO <i>THE PROSECUTOR V. THOMAS LUBANGA DYILO</i> .....</b>	<b>51</b>
4.1 Antecedentes históricos: Uma breve apresentação do caso Lubanga .....	52
4.2 Da fase preliminar de investigação .....	55
4.3 Da fase de julgamento e recurso .....	59
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>69</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A proposta de um Tribunal Penal Internacional (TPI) teria enfrentado, ao longo da história, diversas dificuldades e limitações, chegando, em alguns momentos a ser relativizada, como o fizeram, outrora, Rolin-Jaequemyns e Monnier, no afã de que a História recepcionasse suas ideias, vistas à época, com certo grau de receio e estranhamento.

Aliás, seria por volta do início do século XX que teria sido elaborada uma Corte Internacional de Presas, sem que, contudo, lograsse sucesso, ante a noção de irretocabilidade da soberania de Estado, prevalecendo, até então, uma cultura de irresponsabilidade dos governantes e superiores hierárquicos.

Teria sido, contudo, a partir da propositura de uma Comissão para a Responsabilização dos Autores da Guerra e para a Execução de Penas por Violações à Leis e Costumes de Guerra (*Commission on the Responsibility of the Authors of the War and on the Enforcement of Penalties for Violations of the Laws and Customs of War*), constituída em 1919, que se desenvolveria, em âmbito internacional, crescente anseio pela consolidação de uma Corte penal de caráter permanente, culminando, anos mais tarde, com a adoção da Convenção Contra o Terrorismo pelas Ligas das Nações (1937), seguida da criação dos Tribunais de Tóquio, Nuremberg e, mais adiante, da implementação dos Tribunais Penais Internacionais para Ruanda (TPIR) e para a ex-Iugoslávia (TPIJ).

Há de se constatar, no entanto, a ocorrência de reiteradas falhas no decorrer desse percurso empreendido pela comunidade internacional, na medida em que, em muitos casos, a noção de justiça se restringia a uma concepção dos Estados vencedores, servindo, antes, à realização de uma justiça parcial e “*ex-post facto*”, incompatível com o ideal democrático.

Seria, todavia, pelos esforços de humanização do Direito Internacional, como afirma Mazzuoli (2006), que se poderia falar no surgimento de uma consciência histórica atenta para a necessidade de responsabilização e punição dos graves crimes perpetrados, culminando, tempos mais tarde, com a Elaboração do Estatuto de Roma (ER), ocasião em que finalmente encontraria o TPI, espaço propício ao seu desenvolvimento, resultado de amplo anseio por parte de sujeitos e atores do Direito Internacional Público (DIP) em se combater e prevenir atrocidades cometidas, outrora, no pós-guerra, tendo sido implementado em 17 de julho de 1998, na Conferência de Roma, entrando em vigor após cerca de 4 anos.

Ademais, não obstante o crescente anseio social pela consolidação de uma cultura de responsabilização, seria em momento posterior à Segunda Guerra Mundial que ganharia expressiva abrangência, discussões relacionadas à vítima e aos processos de vitimização, como recorda Silva Sánchez (2001), encontrando nas atrocidades cometidas nesse período, o tubo de ensaio necessário para uma compreensão abrangente desta, entendida, nesse momento, enquanto categoria epistemológica, repercutindo no direcionamento de olhar igualmente humanizado, por parte da comunidade internacional, com reflexos na adoção de uma tutela integral da vítima expressa, *a priori*, na Resolução 40/34 adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU).

Doravante, é para esse contexto que se verte a pesquisa a ser realizada, entendendo ser na interação vítima x TPI, a chave para consolidação de um sistema de participação atento aos reclames internacionais e às necessidades dos sujeitos vitimados, sem, no entanto, olvidar-se da ideia de um Devido Processo Legal. Aliás, parte-se de um entendimento garantístico do processo, compreendido aqui sob uma perspectiva isonômica, atenta à *par conditio* e comprometida, sobretudo, com a garantia do Acesso à Justiça.

Desse modo, convém observar que análise a ser realizada parte dos seguintes questionamentos, a saber: 1) Considerando, o TPI, uma organização intergovernamental de caráter permanente, como se origina, se estrutura e como se dá o seu funcionamento em termos de normatividade? 2) Partindo do pressuposto que o TPI se estrutura de forma dinâmica, propiciando espaços de voz para a vítima, como se relaciona esta última, enquanto categoria, com o Direito Penal doméstico, com o processo penal internacional, com o Estatuto de Roma (ER) e com as Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja (CECC)? 3) Como a vítima se insere, em termos normativos-jurisprudenciais, no Caso Lubanga, nas fases de investigação, julgamento e apelação?

O presente estudo se estrutura, portanto, em apertada síntese, partindo de uma introdução histórica do tema, apresentando algumas tentativas de implementação de Jurisdições Internacionais, seguida de breve explicação acerca da estrutura e jurisdição do TPI, para em tópico seguinte abordar questões afetas à vítima no âmbito do direito penal doméstico, do processo criminal internacional, do ER e das CECC, culminando com o estudo do Caso Lubanga, a partir de uma análise jurídico-normativa das decisões proferidas pela Corte, sem a pretensão de esgotar o tema, almejando-se, tão apenas, a sua introdução e reflexão crítica.

Para tanto, parte-se da premissa, talvez de certo modo idealista, de que a Corte Criminal Internacional consiste em organização intergovernamental complexa, dinâmica

e atenta às necessidades da atual comunidade internacional. Não é exagero, inclusive, afirmar, como o fez Resende (2009, p.402), que referida Corte teria empreendido autêntica cisão no paradigma até então adotado pelo Direito Internacional Penal, quando se constata, por exemplo, a opção por um modelo normativo contemplativo de extensa série de direitos inovadores direcionados à vítima, o que, no seu entender, “(...) apontaria para uma gradual mudança de centro de gravidade do DIP.”

Note-se, ainda, que o método utilizado é o indutivo, na proporção em que se direciona para a análise das experiências obtidas junto às CECC e das decisões proferidas no caso Lubanga, com o intento de se alcançar uma provável compreensão das interações entre a categoria da vítima e o TPI, através da realização de pesquisa qualitativa respaldada em acervo bibliográfico, normativo e jurisprudencial, com aporte em literatura especializada.

Nesse viés, faz-se mister que o leitor atente para dois aspectos: De modo oposto ao método dedutivo, no indutivo a pesquisa é conduzida para resultados possíveis ou prováveis, gerando, assim, certa margem de incerteza, o que, por si só, não compromete a validade do trabalho, sendo, antes, uma limitação do próprio método. Além disso, segundo aspecto diz respeito à leitura interdisciplinar a ser empreendida, partindo-se do entendimento elementar de que a vítima, o processo criminal e o TPI, embora sejam categorias do saber jurídico com trato doutrinário específico, se lidas em separado, podem nos conduzir a resultados, no mínimo, inconsistentes ou incoerentes com o atual estado de arte do Direito Internacional Penal.

Fato é que questões afetas ao regime de participação têm ganhado relevo tanto em sede de jurisprudência, influenciando, inclusive, na adoção por tribunais híbridos de cláusulas similares às regras contidas no ER, como observa Bantekas (2010), como em âmbito doutrinário, ao estimular novas discussões sobre assuntos tangentes ao Direito Internacional Penal e à vitimologia, havendo, contudo, certa carência de pesquisas e materiais correlatos ao tema, o que sugere potencial campo a ser pesquisado.

Esses e outros aspectos serão melhor abordados nos tópicos seguintes, sendo suficiente, por hora, convidar o leitor para o estudo que se segue.

## 2. DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (TPI)

Nas lições de Jardim (2010), em 17 de julho de 1998, na Conferência de Roma, mais de cem organizações não-governamentais (ONGs), imbuídas de um mesmo ideal, consubstanciado no combate à impunidade dos graves crimes internacionais, teriam se instalado na *Sudanroom* com o objetivo de acompanhar a criação de um Tribunal Penal Internacional (TPI).

Nesse contexto, pode se afirmar que a pluralidade de participantes constitui aspecto marcante e distintivo da Corte, ao passo em que teria agregado, para além dos entes já esperados (Estados e ONGs), outros atores do Direito Internacional, a exemplo do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), organizações intergovernamentais, agências especializadas e fundos das Nações Unidas, revelando uma conjugação de forças, até então, jamais vista na história do Direito Internacional Penal (JARDIM, 2010).

Há de se observar, contudo, que não obstante haver, à época, amplíssima pretensão de se combater a impunidade dos graves crimes perpetrados contra a humanidade, seria através da convergência harmônica de vontades, combinada com certa dose de expectativa por parte dos Estados, que nasceria uma organização intergovernamental de caráter permanente, competente para conhecer e julgar os crimes considerados mais graves (*core crimes*), contidos no rol do artigo 5º do Estatuto de Roma (ER).<sup>1</sup>

O ambicioso projeto de abrangente repercussão, contudo, exigiria da comunidade internacional elevado grau de esforço institucional e intensa cooperação entre os Estados membros, encontrando na paz, segurança e bem-estar da humanidade, a essência e o aporte axiológico necessário para a consolidação de uma cultura de paz e respeito aos Direitos Humanos, como observa Sofia Santos (2015, p.18).

O Estatuto de Roma, diploma normativo que rege o TPI, teria entrado em vigor em 01 de julho de 2002, após atingir 66 ratificações<sup>2</sup>, tendo, o Tribunal, sede em Haia, na Holanda, totalizando o número de 124 Estados signatários, com competência para julgar os indivíduos que por ventura venham a violar referido diploma, não alcançando, contudo, a pessoa de Direito Público Externo concernente a cada Estado-Parte.

---

<sup>1</sup> A doutrina é uníssona em reconhecer que o art. 5º do Estatuto prevê os crimes de genocídio, de guerra, de agressão e contra a humanidade, reconhecendo nestes a competência material do TPI.

<sup>2</sup> É o teor do art. 126(2) do Estatuto: “Em relação ao Estado que ratifique, aceite ou aprove o Estatuto, ou a ele adira após o depósito do sexagésimo instrumento de ratificação, de aceitação, de aprovação ou de adesão, o Estatuto entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao termo de um período de 60 dias após a data do depósito do respectivo instrumento de ratificação, de aceitação, de aprovação ou de adesão”.

Segundo pondera Jardim (2010), referido diploma se apresenta ao mundo de forma dinâmica, ao viabilizar a concretização de amplíssima “organização intergovernamental”.

De igual modo ponderam Flávia Piovesan e Daniela Ribeiro Ikawa (2003, p.160), ao afirmarem que "O Estatuto inova, ainda, ao prever violações para as situações de conflitos internos, e não apenas para os internacionais".

Como se observa, a preocupação latente com a ordem jurídica interna das nações signatárias, demonstra uma visão sistêmica do próprio diploma, na medida em que passa a considerar não apenas os interesses da ordem jurídica internacional, como também as necessidades das ordens jurídicas afetas à sua jurisdição, expressa na adoção do princípio da complementaridade.

Outrossim, pontua Jardim (2010) que a possibilidade de reforma ou emenda assegurada pelo Estatuto de Roma, expressa nos artigos 121 a 123, ao viabilizar possíveis mudanças normativas, possibilita a adequação do diploma às necessidades e particularidades de cada país, em consonância com o princípio da complementaridade, previsto no parágrafo 10 do Preâmbulo e no artigo 17 do Estatuto de Roma, promovendo, desse modo, um autêntico diálogo entre as ordens jurídicas internas e a ordem jurídica internacional, ratificando, novamente, a ideia de um diploma normativo internacional atento às necessidades dos países signatários.

Diante desse cenário de amplíssima potencialidade, como bem propõe Gabriel Resende (2009), urge retomar a discussão acerca do TPI e de seus reflexos nas ciências criminais, seja pela ineficiência destas no combate à criminalidade, cada vez mais complexa e sofisticada, seja porque os já desgastados modelos penais parecem não acompanhar as vicissitudes das demandas sociais, que alçadas a um patamar global, tornam-se ainda mais complexas, demandando uma intensa conjugação de fatores econômicos, estruturais e de logística.

O TPI, por seu turno, parece ofertar caminho diverso, “*sui generis*”, ao combinar as regras do Estatuto às demandas de cada nação, viabilizando uma integração jurídico-normativa através do fomento à cooperação no decorrer do processo penal e uma restauração da ordem jurídica interna, obstando a instalação de juízos de exceção e colmatando lacunas legadas de Tribunais *ad hoc*, promovendo uma autêntica revolução histórica no sofrível terreno do Direito Internacional Penal. *Ipsis litteris*:



O só fato da criação de uma Corte internacional cuja função seja julgar aqueles crimes internacionais de maior gravidade já é motivo suficiente para as Ciências Penais começarem a pensar numa transição paradigmática. A existência do TPI demonstra uma série de elementos que em conjunto nos ajudam a pensar este tema. O elenco de razões, que é o preâmbulo do Estatuto, mostra que a necessidade de uma corte permanente é a decorrência de uma nova visão sobre a criminalidade que reflete o surgimento de um tipo de criminalidade novo ou, ao menos, para o qual fechamos os olhos durante tempo demais. O Estatuto afirma que, ao longo do século passado, milhões de seres humanos perderam a vida como resultado da prática de crimes que chocam a própria ideia de humanidade. São estes crimes graves, que num dado momento formaram um consenso de repúdio na comunidade internacional, que nos fornecem elementos para pensar o novo paradigma a emergir. (RESENDE, 2009, p.413-414)

Desse modo, refletir sobre a atuação do TPI é pensar de modo crítico e sistemático sobre a crise que assola os modelos punitivos vigentes, considerando o impacto e as novas tendências apresentadas pelo Direito Internacional Penal, buscando caminhos alternativos, não restritos à simplicidade das fórmulas ofertadas pela dogmática tradicional, posto terem se mostrado insuficientes, talvez até ineficazes no combate à criminalidade.

Assim sendo, é pelos espaços do TPI que se inicia a investigação pretendida, entendendo ser na sua história, estrutura e funcionalidade, a tríade-chave rumo ao deslinde de novos modelos penais em consonância com os Direitos Humanos.

Ademais, tem se mostrado de extrema relevância a discussão ora empreendida, tendo em vista não apenas sua repercussão na consolidação de um devido processo penal internacional, como adiante será exposto, mas também porque reverbera diretamente na consolidação de novos espaços destinados à vítima, seja através da promoção de uma justiça transicional<sup>3</sup>, ao ofertar espaços de voz, seja pela consecução de uma justiça restaurativa<sup>4</sup>, através de processos de reconciliação e reparatórios dos danos causados.

É na experiência histórica, todavia, que se nota, significativamente, a importância de uma Corte Penal atuando em âmbito internacional, garantindo a efetiva aplicação das normas e garantias expressas nos Direitos Humanos, notadamente no Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) e no Direito Internacional Humanitário (DIH), através

---

<sup>3</sup> Entendem, Japiassú e Miguens, ser, o TPI, um dos instrumentos de maior relevância na implementação de uma Justiça Transicional, atualmente. Japiassú, Carlos Eduardo Adriano; Miguens, Marcela Siqueira. Justiça de transição: uma aplicação dos princípios de Chicago à realidade brasileira. In: Revista eletrônica de direito penal. v.1., n.1., 2013, p.34.

<sup>4</sup> É o entendimento de Tiveron, ao afirmar que: “O procedimento do TPI pode ser considerado restaurativo na medida em que promove direitos fundamentais de outros envolvidos no processo – como vítimas, testemunhas e até mesmo a comunidade internacional – que normalmente não são reconhecidos pelo sistema de justiça comum, tais como: direito à informação, à reparação, oportunidade de manifestação e de consideração do seu dissabor”. Tiveron, Raquel. Ébano e marfim: a justiça restaurativa e o TPI orquestrados para a paz sustentável em Uganda. Revista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Brasília, v. 1, n. 5, p. 33-61, 2011, p.55-56.

de uma atuação voltada não apenas para a responsabilização penal, mas, sobretudo, para a humanidade, em sintonia com o ideal democrático, com o princípio da complementaridade e da dignidade da pessoa humana.

Destarte, é nesse constante devir, ou como diria Deleuze e Parnet (1998, p.10), nessa "núpcia entre dois reinos", que se ambienta a análise ora empreendida, partindo-se, inicialmente, de uma perspectiva histórica, sem a ambição de esgotar o tema ou de se restringir a uma proposta de mero registro, pois como nos ensina Nietzsche (1983), precisamos revisitar o passado, mas sem o ócio de uma compreensão estática do fenômeno histórico.

## 2.1 A consolidação de uma consciência histórica voltada para a criação de uma Corte Penal Internacional

Como rememora Lewandowski, em meados do século XV, por volta do ano de 1453, a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos teria inaugurado na Europa um novo modelo de Estado, o *Estado Moderno*<sup>5</sup>. Nas suas lições (2002, p.187), resultado da conjugação de poderes nas mãos de reis e príncipes, referido ente se distinguia da organização adotada na Era Medieval, na medida em que se estruturava a partir de um exercício unificado do poder soberano, com auxílio da burguesia e de parcela da aristocracia feudal, eliminando, desse modo, a multipolarização dos centros de poder, atributo de regimes poliárquicos, inaugurando as bases de uma teoria secularista, até então incipiente, influenciada por uma atuação estatal que intervinha, controlava e fiscalizava os atos religiosos, definindo a função e o *locus* da religião no contexto de cada sociedade (VAN DER VEER, 1995).

O Estado, nesse cenário, adquiria contornos absolutistas na medida em que trazia para si a "*summa potestas*", alcançando, desse modo, de maneira ampla e irrestrita, o controle sobre o poder político, reverberando na unificação de um poder em âmbito interno e na consolidação do atributo de soberania no plano externo.

Ao passo em que rompia drasticamente com o controle outrora estabelecido pela Igreja Católica e pelo Sacro Império Romano, o Estado Moderno iniciava amplíssima reforma de cunho estrutural e funcional, ao influenciar no deslocamento do centro de

---

<sup>5</sup> Insta mencionar que referida data não é consensual entre os estudiosos, como pondera Florenzano. Florenzano, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente. Lua Nova, São Paulo, n.71, p.255-260, 2007.

poder decisório para os Estados-Nações, contribuindo de sobremaneira na transição de uma concepção, até então mística e espiritual de poder, para um concepção racional e burocrática, colaborando, desse modo, no surgimento do conceito político de soberania, entendida, mais tarde, enquanto expressão do poder político no plano externo, chegando a confundir-se com a própria ideia de “*independência*” (LEWANDOWSKI, 2002, p.187-188).

Nesse contexto, observa Lewandowski (2002, p.188), que o exercício do poder soberano expresso em uma atuação livre, incondicionada e independente dos entes estatais, teria circunscrito o exercício da atividade jurisdicional aos limites fronteiriços dos Estados, através da implementação de cláusulas de jurisdição doméstica, inseridas nos diplomas normativos das organizações internacionais, corroborando a tese de autodeterminação e de não-intervenção em assuntos internos dos países, em prejuízo do combate às graves lesões aos direitos humanos.

Como recorda Lewandowski (2002, p.188) e Montolli (2013), prevalecia em um contexto pós-Segunda Guerra Mundial a tese da irresponsabilidade política dos governantes no exercício do poder soberano, haja vista inexistir, à época, instrumentos punitivos hábeis ao julgamento de crimes cometidos em uma escala global, onde não raramente se observava toda sorte de delito e graves ofensas aos Direitos Humanos, coexistindo um cenário de extrema barbárie junto a um pretenso processo civilizatório, que nas palavras de Nibert Elias (1994, p.83) “(...) em muitos aspectos, situa-se inteiramente na tradição medieval”.

Em retrospectiva, ensina Lewandowski (2002, p.188), que muito embora houvesse prevalecido a ideia de irresponsabilidade dos governantes durante grande parte da história, desde tempos primevos, seria com Maquiavel (1513) que ganharia contornos teóricos, partindo-se da premissa de que o príncipe traria consigo a habilidade de comando, devendo, para tanto, agir, em muitos casos, de modo irrestrito e incondicionado.

Referida tese teria adquirido, ainda, contornos jurídicos com a obra de Bodin, Os seis livros da República, de 1576, a partir da delimitação de um conceito jurídico de soberania, segundo o qual o poder político passaria a ser compreendido enquanto manifestação absoluta, irrestrita, incondicionada e perpétua da vontade de Estado, seguida das ideias de Hobbes e Bossuet, cujo teor teriam contribuído, respectivamente, para o fortalecimento de uma concepção do soberano como sendo um “mal necessário” para obtenção da paz social, na medida em que evitaria a “guerra de todos contra todos”, e no processo de divinização do poder político, através do desenvolvimento de uma doutrina do direito

divino dos reis, cuja legitimidade de suas ações passaria a ser revelada pelas linhas do Direito Natural.

Observa Lewandowski (2002, p.188) que, doravante, “a tese da irresponsabilidade dos governantes ganhou maior sofisticação com a *raison d’Etat de Richelieu* e a *Realpolitik* de Bismarck”, consolidando, desse modo, uma cultura de irresponsabilidade dos governantes, em prestígio à concepção absoluta de soberania e de seus reflexos na atuação política dos representantes estatais, influenciando no soerguimento de barreiras ao exercício de uma jurisdição externa, repercutindo, pois, na impunidade de inúmeros delitos internacionais.<sup>6</sup>

Nesse contexto, enuncia o jurista Marcílio Franca (2006, p.1455) que “(...) do ponto de vista do Direito, dois foram os grandes legados da Paz de Vestefália, a saber: a consolidação da liberdade de culto (associada à secularização do Estado) e a afirmação formal da soberania estatal (...)”. Referida “razão de Estado”, entretanto, perderia seu caráter absoluto no decorrer do processo histórico, a partir da consolidação de uma justiça no âmbito do Direito Internacional Penal, conforme observa Soares (2013, p.9-38). Em suas observações, pontua, ainda, que:

(...) qualquer forma de justiça internacional representa sempre uma forma de limitação das soberanias estatais. No caso do Direito Penal Internacional esta limitação torna-se ainda mais evidente ao colocar em causa elementos essenciais do paradigma clássico do Direito Internacional, como por exemplo o monopólio punitivo dos Estados ou a noção de soberania estatal quase-absoluta. (SOARES, 2013, p.9)

É o que se observa em momento posterior às duas Grandes Guerras, haja vista a destruição em massa causada pelo emprego de armas de intenso poder letal, resultando no extermínio de mais de 15 milhões de pessoas, se considerarmos tão apenas o saldo do número de mortos no período pós-Primeira Guerra Mundial, “Isso fora o massacre de cerca de um milhão de armênios, pelos turcos, em 1915” (LEWANDOWSKI, 2002, p.189).

Com razão, sustenta Lewandowski (2002, p.189) ter se dado no contexto pós-Primeira Guerra o surgimento de forte anseio pela punição dos crimes de guerra, genocídios

---

<sup>6</sup> Nos ensinamentos de Florenzano, é unísono, entre os estudiosos do pensamento político, que, no livro de Bodin, se formula, pela primeira vez, uma teoria do absolutismo monárquico com base no conceito de soberania; ao passo em que, no livro de Hobbes, se encontram as bases do que viria a ser o contratualismo ou jusnaturalismo moderno. Em ambos os casos, seriam, os autores, contrários à existência de qualquer tipo de Estado misto, entendido como um mal à soberania. Florenzano, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente. Lua Nova, São Paulo, n.71, p.255-260, 2007.

e agressões, muito embora até então não houvessem registros de efetiva punição de governantes, oficiais ou militares pelo cometimento de tais delitos.<sup>7</sup>

Com efeito, teriam os chefes de governo da Grã-Bretanha e da França, à época, Lloyd George e David Clemenceau, proposto a punição dos responsáveis pelos crimes perpetrados durante a Grande Guerra, culminando, inclusive, com a adoção de cláusulas penais pelo Tratado de Versalhes, de 1919, com a pretensão de responsabilizar o imperador Guilherme II da Alemanha<sup>8</sup>, sem que, contudo, se possa falar em um julgamento respaldado no devido processo legal e isento de parcialidade, resultando, desse modo, na fixação de elevado montante indenizatório, que, como observa Lewandowski (2002, p.189), jamais teria sido pago integralmente.

Destarte, parafraseando Marcondes (2013, p.223) quando afirma que "a reflexão filosófica deve partir, portanto, de um exame de formação da consciência", posto que "(...) através da consciência crítica de nossa situação histórica, podemos entender o próprio processo histórico, as "leis da história", seu sentido e sua direção e, apenas desta forma, podemos ir além da consciência de nosso tempo" (MARCONDES, 2013, p.223), de igual modo, uma compreensão do processo de consolidação de uma jurisdição penal internacional requer, antes de tudo, o acesso à consciência histórica relativa ao período que lhe antecedeu, entendendo nas motivações dos envolvidos e nas limitações e entraves experimentados, a chave para compreender o processo de formação e funcionamento do TPI, assistindo razão ao professor Mazzuolli (2006, p.1417) quando afirma que "qualquer análise que se queira empreender em relação ao TPI deve ser precedida de uma investigação (ainda que breve) sobre as origens históricas da moderna sistemática de proteção dos direitos humanos (...)".

---

<sup>7</sup> Recorda Ziegler que: "As Convenções de Haia não pretendiam ainda a criação de cortes internacionais competentes em caso de conflito entre dois Estados soberanos. Que os Estados pudessem acionar um tribunal internacional era, há tempos, algo impensado à ótica do direito internacional clássico." Ziegler, Andréas R. As convenções de Haia e sua importância para a solução pacífica de controvérsias no início do século XXI. In: Oliveira, Bárbara da Costa Pinto; Silva, Roberto Luiz (coords). Manual de Direito processual internacional. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 50.

<sup>8</sup> É o teor do art. 227 do Tratado de Versalhes: "Os Poderes Aliados e Associados acusam publicamente Guilherme II de Hohenzollern, ex-Imperador da Alemanha, por ofensa suprema contra a moralidade internacional e a santidade dos Tratados. Um tribunal especial será constituído para julgar o acusado, assegurando-lhe as garantias essenciais do direito de defesa. Será composto por cinco juízes, nomeados por cada um dos seguintes cinco Poderes: Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, França, Itália e Japão. O tribunal julgará recorrendo aos mais altos princípios de política entre as nações, a fim de garantir o respeito pelas obrigações solenes e pelos compromissos internacionais, bem como pela moral internacional". (Tradução nossa). Disponível em: <<http://www.un.org/french/icc/main.htm>>. Acesso em: 17 abr. de 2018. (Em francês). Sánchez, Hernando Sánchez; Sánchez, Raúl Eduardo Sánchez. Código de derecho penal internacional. Facultad de jurisprudencia - Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2007, p.22.

Recorda Mazzuoli (2006, p.1417-1418) que teria sido no período pós-Segunda Guerra que teria se dado início ao processo de internacionalização dos Direitos Humanos e de modo recíproco também se pode falar em uma humanização do Direito Internacional, na medida em que a preocupação com a condição humana alcança patamar global, passando a se elaborar "(...) os grandes tratados internacionais de proteção de direitos humanos, que deram causa ao nascimento da moderna arquitetura internacional de proteção desses mesmos direitos".

Entretanto, convém mencionar que ao longo da história, inúmeros desafios e entraves foram sendo vivenciados, somando algumas tentativas de implementação de Cortes Internacionais, tendo como expoente, dentre inúmeros motivos, o fato de haver certa resistência por parte das Nações de aceitar e submeter-se à ingerência externa de um Tribunal Internacional.

É nesse terreno de relativizações que nasce o pretenso projeto de construção de uma Corte Penal com jurisdição permanente em âmbito internacional.<sup>9</sup>

Referido projeto, contudo, teria sofrido inúmeras restrições e enfrentado diversos desafios ao longo do tempo, de sorte que longe de ter obtido êxito inicialmente, foi através da experiência contida nas Grandes Guerras, desastres, guerrilhas e conflitos armados, que se teria desenvolvido uma consciência histórica justificadora da elaboração de um diploma normativo capaz de abarcar a realidade de um mundo moderno, marcado pela violência em massa e pelo aumento dos índices de criminalidade.

Desse modo, parte-se à investigação temporal das experiências mais relevantes contidas nesse panorama histórico de tentativas, falhas e acertos, com o intento de aclarar o atual contexto no qual se situa o Tribunal Penal Internacional, e de modo mais genérico, o próprio ramo do Direito Internacional Penal, contribuindo, igualmente, na discussão ora empreendida acerca do lugar ocupado pela vítima no processo penal, com ênfase no modelo normativo adotado pelo TPI, partindo-se da premissa de que a vítima parece ter, finalmente, reconquistado um espaço no processo.

---

<sup>9</sup> Como recorda Jensen, o histórico de implementação de Cortes Jurisdicionais pode ser sintetizado, a grosso modo, na criação do Tribunal do Sacro Império Romano Germânico, de 1474; seguida do Tribunal de Versalhes, de 1919, tratando dos crimes cometidos durante a 1ª Guerra Mundial, prevendo a possibilidade julgamento de Guilherme II, da Alemanha; tendo sido estabelecido, ainda, pós-Segunda Guerra, os Tribunais de Nuremberg, de 1945, instalado para julgar crimes de guerra cometidos durante o regime nazista e o Tribunal de Tóquio, na tentativa de punir os responsáveis pelas atrocidades cometidas pelos líderes do Império do Japão, culminando, enfim, com a criação dos Tribunais *ad hoc* para a ex-Iugoslávia e Ruanda. Jensen, Simone Cristina. A Efetividade do Tribunal Penal Internacional. *Jornal de Relações Internacionais*. p.1-4, fev. 2017. Disponível em: <[http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaques-Clipping.php?sigla=portalStfNoticia\\_es\\_es&idConteudo=329506](http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaques-Clipping.php?sigla=portalStfNoticia_es_es&idConteudo=329506)>. Acesso em: 03 de abr. de 2018.

## 2.2 Algumas tentativas de implementação de Cortes Penais Internacionais

Em retrospectiva histórica, como bem acentua Piovesan e Ikawa (2003, p.155), teria se estabelecido por volta de 1474, em Breisach, Alemanha, a primeira Corte Internacional, com o intento de julgar Peter Von Hagenbach pelos crimes cometidos, dentre eles a concessão de permissão às suas tropas para saquear, estuprar e matar civis. Séculos mais tarde, por volta de 1860, teria, Gustav Moynier, um dos principais fundadores do movimento da Cruz Vermelha, proposto "(...) a elaboração de um Estatuto para um Tribunal Penal Internacional, sem, contudo, encontrar grande receptividade".

Uma breve análise acerca desse momento histórico, nos revela, como observa Jardim (2010), uma série de dificuldades enfrentadas para a implementação de uma jurisdição penal internacional após a celebração da Convenção de Genebra (1864), responsável pela inauguração formal do Direito Internacional Humanitário.

Nas suas lições, pontua que, tomadas por intenso entusiasmo, esperava-se por parte das nações signatárias o seguimento, à risca, do mencionado documento, com a consequente tipificação e sanção de condutas opostas à Convenção (JARDIM, 2010).

Nesse contexto, ganharam corpo duas propostas, sendo a primeira delas cunhada em 2 de dezembro de 1868 por Ferdinando Palasciano, "(...) na oportunidade de reforma do código penal marítimo do reino da Itália" (JARDIM, 2010), sugerindo a tipificação, pelo Direito Interno, de condutas combatidas pela Convenção, ao passo em que não havendo receptividade, teria, Brodrück<sup>10</sup>, articulado acerca da possibilidade de se estabelecer sanção em âmbito internacional para aqueles que por ventura viessem a desrespeitar a Convenção.

Nesse sentido, observa Jardim (2010) que teria sido através da figura de Gustave Moynier que se teria dado seguimento às ideias de Brodrück, tendo sido proposto na ocasião "(...) uma revisão desse tratado a fim de instalar jurisdição automática a cada conflito, crente que com um tratado geral inédito de caráter humanitário a instalação de uma justiça internacional seria alcançável".

---

<sup>10</sup> Recorda, Jardim, que Brodrück teria negociado, em 1864, pela Convenção do grã-ducado de Hesse, tendo sugerido, posteriormente, cinco novos artigos para penalização de seus violadores. Esse fato é pouco lembrado pela história, como afirma o autor, sendo em muitos casos, reduzida a figura de Gustave Moynier, a de aperfeiçoador das ideias de Brodrück. Jardim, Tarciso Dal Maso. Dinamismo do Direito Internacional Penal após o Estatuto de Roma: da Sudanroom à situação em Darfur, Sudão. *In*: Textos para discussão, Brasília, n. 68, Ago. 2010. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180156/texto68-Tarcisoi.pdf?sequence=1/>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

Diante desse cenário, nos rememora, ainda, Jardim (2010), acerca da constatação de certa resistência à implementação de uma jurisdição penal internacional, encontrando em Lieber, autor do Código de Conduta de 1863 para as tropas da Guerra de Secessão, oposição de notável influência, tendo em vista a relevância do seu legado, hoje considerado verdadeiro "modelo de regras para o direito internacional humanitário".

Sobre as posteriores propostas de relativização de uma jurisdição penal internacional, com destaque para as ideias de Rolin-Jaequemyns e Moynier, nos ensina Jardim (2010), que teria sido proposto, inicialmente, a estruturação de uma instância de inquérito em âmbito internacional, que, na concepção de Moynier, poderia servir, finalmente, à implementação de sanções penais.

Doravante, seguiriam as Conferências da Paz de 1899 e 1907, à tentativa de implementação de uma Corte Penal Internacional, sem que, contudo, houvesse amplo apoio por parte da comunidade internacional, a exemplo do baixo número de ratificações alcançadas pelo Tratado de Corte Internacional de Presas, como recorda Jardim (2010), posto prevalecer uma "(...) visão realista de uma ordem jurídica interestatal resistente à formação de instituições internacionais".

Nesse contexto, convém mencionar três tentativas de estabelecimento de uma jurisdição em âmbito internacional, como nos relembra Piovesan e Ikawa (2003, p.155), "motivadas pelas violações às leis e aos costumes internacionais, então cometidas", re-freadas, no entanto, pela ideia ainda presente de uma intocabilidade das soberanias estatais, na qual não se admitia a submissão de um país vencido às ingerências de uma Corte Internacional, sendo estas concernentes, respectivamente, "(...) ao Tratado de Sèvres, ao Tratado de Versailles e à Convenção contra o Terrorismo".

Em linhas gerais, a primeira tentativa teria se iniciado com a proposição de uma Comissão para a Responsabilização dos Autores da Guerra e para a Execução de Penas por Violações à Leis e Costumes de Guerra (*Commission on the Responsibility of the Authors of the War and on the Enforcement of Penalties for Violations of the Laws and Customs of War*), constituída em 1919, que nas palavras de Piovesan e Ikawa (p.155-156) seria responsável pelo julgamento dos crimes de lesa humanidade e que violassem as leis e costumes de guerra, pretendendo a responsabilização dos responsáveis pelo massacre de 600.000 armênios na Turquia.

Como observam as autoras (PIOVESAN; IKAWA, 2003, p.156), os Estados Unidos teria se mostrado refratário à ideia, valendo-se da justificativa de que referido julgamento consistiria em violação à soberania interna da Turquia, na medida em que resultaria



na punição do Chefe de Estado, além de inexistir lei penal internacional com expressa previsão do delito praticado, restando caracterizado o juízo de exceção. Em suas palavras: “O consequente Tratado de Sèvres, que serviria de base ao tribunal, não foi ratificado pela Turquia, sendo substituído, em 1927, pelo Tratado de Lausanne, que concedeu anistia geral aos oficiais turcos” (PIOVESAN; IKAWA, 2003, p.156).

A segunda fase, por seu turno, nas lições de Piovesan e Ikawa (2003, p.156), se inicia por volta de 1919, ao tentar se implementar juízo *ad hoc* para julgamento do Kaiser Wilhelm II e dos soldados alemães acusados de crimes de guerra, com fulcro no Tratado de Versalhes, não tendo, contudo, prosperado, após a fuga do Kaiser para a Holanda, tendo sido negada a sua extradição com o argumento de que a Alemanha não era signatária do referido Tratado.

A terceira fase remonta, enfim, à adoção de Convenção contra o Terrorismo pelas Ligas das Nações, por volta de 1937, “(...) cujo protocolo continha um Estatuto para um Tribunal Criminal Internacional”. Como, no entanto, apenas a Índia teria ratificado a Convenção, “(...) o tribunal nunca foi instituído” (PIOVESAN; IKAWA, 2003, p.156).

Não obstante reiterada resistência no decorrer do processo histórico, um olhar por outro ângulo nos revela crescente estímulo político à adoção de uma série de medidas que viriam a possibilitar a conformação de uma ordem jurídica em âmbito internacional, encontrando nas atrocidades cometidas Pós-Segunda Guerra, espaço propício para a divulgação de um discurso de conscientização e de fomento ao combate dos graves crimes. Segundo ponderações de Mazzuoli:

O legado do holocausto para a internacionalização dos direitos humanos consistiu na preocupação que gerou no mundo pós-Segunda Guerra acerca da falta que fazia uma arquitetura internacional de proteção de direitos, com vistas a impedir que atrocidades daquela monta viessem a ocorrer novamente no planeta. Daí por que o período pós-guerra significou o resgate da cidadania mundial, ou a reconstrução dos direitos humanos, baseada no princípio do "direito a ter direitos", para se falar como Hannah Arendt. (2006, p.1418)

Nesse cenário, cuidariam os aliados de punir os tipos penais enquadrados nos conceitos de “crimes contra a humanidade”, “crimes contra a paz” e genocídio (art.6) cometidos pelos Países do Eixo, “(...) alcançando, até mesmo, indivíduos anteriormente respaldados por imunidades, como os Chefes de Estado (art. 8)” (PIOVESAN; IKAWA, 2003, p.157), inaugurando, desde já, as bases do que viria a ser o atual Direito Internacional Penal, tendo sido instituído, para tanto, os Tribunais de Nuremberg e Tóquio, com o intento de conhecer e julgar os crimes de ampla repercussão cometidos por agentes estatais

das potências derrotadas, que nos dizeres de Lewandowski (2002, p.189) “(...) rejeitaram as escusas levantadas pelos acusados para escapar à punição, como o cumprimento de ordens superiores, a prática de atos de soberania e a tomada de medidas ditadas pela necessidade militar”.

Não obstante o interesse em responsabilizar e punir os países vencidos, esbarra-ram, os Tribunais, em contradições outrora já conhecidas e expostas, na medida em que se dirigiam para um *locus* específico, alcançando, tão somente, os agentes dos países do Eixo, ainda que existissem provas de crimes de guerra cometidos por agentes das potências Aliadas, como observou Schabas (2001, p.6, apud PIOVESAN; IKAWA, 2003, p.157) em *France v. Goering et al.*<sup>11</sup>

Insta, ressaltar, no entanto, que embora fosse factível o caráter de parcialidade de grande parte dos julgamentos proferidos nesse contexto, seria no Tribunal de Tóquio que pretendo projeto ganharia novos contornos, harmonizando-se com a atual ideia de uma jurisdição penal global, na medida em que “(...) aproximando-se mais da regra de imparcialidade, tangente à distribuição geograficamente equitativa de seus membros, prevalecente em vários Comitês, Comissões e Tribunais internacionais da atualidade”, passava a se estruturar segundo critérios territoriais, afastando-se da ideia nociva de um “Tribunal dos Vencedores” (PIOVESAN; IKAWA, 2003, p.157). Em apertada síntese histórica:

Com a adoção da Convenção para a Prevenção e Repressão ao Crime de Genocídio, em 08 de dezembro de 1948, que afirmou ser o genocídio um crime contra a ordem internacional, iniciaram-se os esforços para a criação de um Tribunal Penal Internacional permanente. De acordo com o artigo 6º da Convenção, “as pessoas acusadas de genocídio serão julgadas pelos tribunais competentes do Estado em cujo território foi o ato cometido ou pela corte penal internacional competente com relação às Partes Contratantes que lhe tiverem reconhecido a jurisdição”. O raciocínio era simples: a gravidade do crime de genocídio poderia implicar o colapso das próprias instituições nacionais, que, assim, não teriam condições para julgar seus perpetradores, restando assegurada a impunidade. Em 1951, um Comitê estabelecido pela Comissão de Direito Internacional (*International Law Commission*) apresentou uma primeira versão do Estatuto do Tribunal Internacional. Em 1953, essa versão foi revista e aprovada. Os trabalhos foram, então, suspensos por 35 anos, para serem reestabelecidos em 1989, ano da queda do muro de Berlim, por iniciativa de Trinidad e Tobago, que percebia no Tribunal um meio de repressão ao tráfico

---

<sup>11</sup> Nesse contexto, observam Piovesan e Ikawa que “A Carta do Tribunal Internacional Militar para o Extremo Oriente, adotada em 19 de janeiro de 1946, seguiu regras semelhantes às de Nuremberg”. Pontuam, as autoras, que de modo semelhante ao ocorrido no decorrer dos julgamentos proferidos pelos Tribunais de Tóquio e de Nuremberg, certos fatos delitivos ocorridos no período de beligerância pelas nações vencedoras foram desconsiderados, a exemplo dos bombardeios em Hiroshima e Nagasaki, aproximando-se, novamente, da ideia de uma jurisdição parcial. Piovesan, Flávia; Ikawa, Daniela Ribeiro. O Tribunal Penal Internacional e o Direito Brasileiro. *In.*: Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, 18., 2002, Salvador, BA. Anais da XVIII Conferência Nacional dos Advogados: cidadania, ética e estado. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2003, p.157.

de drogas. A implementação do Tribunal Penal Internacional permanente recebeu considerável impulso com a instauração dos tribunais “*ad hoc*” para a antiga Iugoslávia e para a Ruanda, adotados, respectivamente, por meio da Resolução 827/1993 e da Resolução 955/1994 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os tribunais *ad hoc* demonstraram a viabilidade da instauração de tribunais penais internacionais para a responsabilização de indivíduos por graves violações de direitos humanos, em uma época marcada pela explosão de conflitos étnicos e culturais. (PIOVESAN, IKAWA, 2003, p.158)

Outrossim, consoante observa Lewandowski (2002, p.189-191), seria através dos julgamentos de graves violações de Direitos Humanos cometidas nos territórios de Ruanda e da ex-Iugoslávia, que se tornaria viável uma interpretação extensiva da Convenção para a Prevenção e Repressão ao Crime de Genocídio, na proporção em que se passava a entender ser necessário o combate não apenas de delitos que alcançassem repercussão mundial, mas também daqueles que atingissem de modo gravoso o arcabouço dos Direitos Humanos, contribuindo, desse modo, na ampliação da atuação jurisdicional de Cortes Penais Internacionais.

Ademais, seria através da instituição de uma corte criminal de caráter permanente que se consolidaria, em âmbito internacional, um sistema de justiça<sup>12</sup> avesso à seletividade e influência das grandes potências, como outrora pôde ser constatado, como no caso em que houve o impedimento da “(...) investigação e punição dos massacres perpetrados no Camboja, por Pol Pot, nos anos 1970, em que foram assassinadas mais de um milhão de pessoas” (LEWANDOWSKI, 2002, p.190), comprometido, doravante, com a ideia de igualdade entre os Estados e de um devido processo penal internacional.

Destarte, não obstante a premente necessidade de estímulo à consolidação de uma cultura de combate à impunidade dos graves crimes perpetrados contra a humanidade, teria, doravante, o Tribunal Penal Internacional, adquirido caráter finalístico multifacetado, em detrimento dos efeitos que se sucedem em um período Pós-Guerra Fria. Nesse contexto, conforme ensinamentos de Piovesan e Ikawa (2003, p.158-159), por volta da década de 90, operava-se significativa mudança na natureza dos conflitos globais, que se

---

<sup>12</sup> Nos rememora Piovesan e Ikawa que referido sistema de justiça teria sido ressaltado pelo Programa de Ação de Viena (1993), ao prever em seu § 92: “A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos recomenda que a Comissão dos Direitos Humanos examine a possibilidade de melhorar a aplicação dos instrumentos de direitos humanos existentes em níveis internacional e regional e encoraja a Comissão de Direito Internacional a continuar seus trabalhos visando ao estabelecimento de um tribunal penal internacional”. Piovesan, Flávia; Ikawa, Daniela Ribeiro. O Tribunal Penal Internacional e o Direito Brasileiro. In.: Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, 18., 2002, Salvador, BA. Anais da XVIII Conferência Nacional dos Advogados: cidadania, ética e estado. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2003, p.158.

antes estruturavam-se segundo uma lógica bipolar, passariam, agora, a adquirir fundo marcadamente étnico e cultural.

Em meio a crescente sensação de insegurança e impunidade que se instaurava gradativamente, encontrando nos conflitos da Bósnia, Kosovo e Timor-Leste, cenário propício à instauração de uma Corte Penal permanente, nascia o Tribunal Penal Internacional (TPI) com adoção do Estatuto de Roma no dia 17 de julho de 1998, sendo posteriormente ratificado pelo Brasil em 20 de julho de 2002, vindo à lume uma nova concepção de jurisdição penal em âmbito global.

### 2.3 Estrutura e Jurisdição do Tribunal Penal Internacional

Segundo nos informa Piovesan e Ikawa (2003, p.159-160), O Tribunal Penal Internacional, sediado em Haia, é composto por 18 juízes (artigo 36), “(...) eleitos pela Assembleia dos Estados-partes segundo uma distribuição geográfica equitativa e uma justa representação de gênero” (PIOVESAN; IKAWA, 2003, p.159), distribuídos em três Seções, sendo estas: a Seção de “Questões Preliminares, (*Pre-Trial Chamber*), a de 1ª. Instância (*Trial Chamber*) e a de Recursos (*Appeals Chamber*), conforme disposto nos artigos 34-39 do Estatuto” (TRINDADE, 2013, p.34), além da Promotoria, “(...) dirigida por um promotor-chefe, coadjuvado por mais um promotor adjunto, no mínimo, escolhidos pela Assembleia dos Estados-partes para um mandato de nove anos” (LEWANDOWSKI, 2002, p.194), observados os requisitos de experiência, idoneidade e domínio de pelo menos uma língua oficial, com autonomia para receber, investigar e propor ação penal, *motu proprio*, dos graves crimes (artigo 5), sendo justificada a amplitude de sua atuação, “graças aos esforços dos 42 Estados *“like-minded”* (como se tornaram conhecidos), que no decorrer dos *travaux préparatoires* sustentaram posições progressistas” (TRINDADE, 2013, p.34) e da Secretaria<sup>13</sup>, destinada à funções não jurisdicionais. Pontua, ainda, Lewandowski, que:

---

<sup>13</sup> Convém fazer menção ao teor do art. 43 (6), cujo teor determina que: **“O Secretário criará, no âmbito da Secretaria, uma Unidade de Apoio às Vítimas e Testemunhas.** Esta Unidade, em conjunto com o Gabinete do Procurador, adotará medidas de proteção e dispositivos de segurança e prestará assessoria e outro tipo de assistência às testemunhas e vítimas que compareçam perante o Tribunal e a outras pessoas ameaçadas em virtude do testemunho prestado por aquelas. A Unidade incluirá pessoal especializado para atender as vítimas de traumas, nomeadamente os relacionados com crimes de violência sexual.” (grifo nosso) BRASIL. Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Decreto n. 4.388, de 25 de setembro de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4388.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm)>. Acesso em: 21 abr. 2018.

A escolha dos juízes caberá à Assembleia dos Estados-partes, recaindo sobre pessoas que gozem de elevada consideração moral, imparcialidade e integridade, e que possuam as condições exigidas para o exercício das mais altas funções judiciárias de seu país, além dominarem uma das línguas oficiais da Corte (inglês, francês, espanhol, russo e árabe). Devem ainda apresentar: (1) reconhecida competência em direito penal e processual penal, e também experiência como juiz, promotor ou advogado; ou, alternativamente, (2) reconhecida competência no campo do direito internacional humanitário e direito internacional dos direitos humanos, assim como experiência nas funções jurídicas relacionadas com o Tribunal. Na seleção dos magistrados, a Assembleia deverá atentar para que exista equilíbrio entre candidatos que apresentem uma dessas duas qualificações. Exige-se também que estejam representados os principais sistemas jurídicos do mundo e que haja uma presença geográfica equitativa, assim como uma participação balanceada de homens e mulheres. (2002, 193-194)

Há de se observar, todavia, que referida estrutura por si só, pouco revela, sendo necessário uma abordagem sistêmica da Corte, para que através do seu funcionamento, possa vir à luz o caráter dinâmico do TPI.

Nesse aspecto, a jurisdição do Tribunal, como aponta Lewandowski (2002, p.192), é exercida com base em dois princípios considerados pelo autor como sendo fundamentais, sendo eles o princípio da complementaridade e o princípio da responsabilidade de comandantes e de outros superiores.

O cerne do princípio da complementaridade<sup>14</sup> diz respeito a uma atuação do TPI em último grau, em casos extremos, apenas ocorrendo em situações nas quais havendo o cometimento de ilícito penal previsto no Estatuto, não exerça, o Estado competente, o *jus puniendi* de modo adequado e nos parâmetros estabelecidos em lei, devendo, nessas circunstâncias, atuar o Tribunal (LEWANDOWSKI, 2002, p.192). O exercício inapropriado ou ilegal de jurisdição, por seu turno, poderá abarcar os casos de impunidade, letargia, ilegalidade ou incompatibilidade da pena aplicada, devendo, para todos os efeitos, ser compreendida a jurisdição do TPI como sendo a última *ratio* no processo penal.

---

<sup>14</sup> Observa, Piovesan e Ikawa, existir certa crítica por parte da doutrina, entendendo que referido princípio pode comprometer a eficácia do processo, ao facilitar a destruição de provas pelos acusados. Nesse sentido, algumas relativizações podem ser observadas, por exemplo, no art. 19 do Estatuto, ao prever a possibilidade de por uma só vez, ser impugnada a jurisdição da Corte. De igual modo se permite a prisão preventiva do acusado, para fins de não obstrução das investigações ou para assegurar o seu comparecimento ao julgamento. Piovesan, Flávia; Ikawa, Daniela Ribeiro. O Tribunal Penal Internacional e o Direito Brasileiro. In.: Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, 18., 2002, Salvador, BA. Anais da XVIII Conferência Nacional dos Advogados: cidadania, ética e estado. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2003, p.164.

O princípio da responsabilidade do superior hierárquico<sup>15</sup>, por sua vez, remete à ideia de universalidade, que de modo genérico pode ser sintetizada como sendo uma aplicação da lei, irrestritamente, em desconsideração a fatores externos, graus hierárquicos, condições personalíssimas, etc. Nas lições de Lewandowski pode ser compreendido pelo espectro do princípio da universalidade, “pelo qual os Estados-partes colocam-se integralmente sob a jurisdição da Corte, não podendo subtrair de sua apreciação determinados casos ou situações” (2002, p.192), pelo prisma da responsabilidade penal individual, segundo o qual deverá o indivíduo responder pessoalmente pelos ilícitos cometidos, pelo ângulo da irrelevância da função social, que como consta no próprio termo, é irrelevante a função exercida pelo acusado para fins de instauração de ação penal e aplicação de sanção decorrente de ilícito, pelo viés da responsabilidade do comando e de outros superiores, identificando nas funções de chefia e de grande relevância ao funcionamento dos Estados uma responsabilidade ampliada, na medida em que não sendo empregado o devido esforço para que se evite a prática de delitos de graves proporções, poderão, referidos agentes, responder penalmente e receber punição e, por fim, pela lente do princípio da imprescritibilidade, cujo teor reforça o próprio atributo de imprescritibilidade da ação penal, não sendo extinta pelo transcurso do tempo.

No que concerne à jurisdição, pode ser analisada sob os seguintes critérios: pessoal, material, territorial e temporal.

Sob o ponto de vista material, a jurisdição do TPI alcança quatro tipos penais, quais sejam: o crime de genocídio, de agressão, os crimes de guerra e contra a humanidade (art. 5º do Estatuto).

O crime de genocídio<sup>16</sup> é tipificado pelo art. 6º do Estatuto como sendo qualquer ato realizado com o intento de destruir parcial ou totalmente determinado grupo nacional, étnico, racial ou religioso, abarcando as seguintes condutas: matar, causar grave lesão

---

<sup>15</sup> É a literalidade do art. 27 do Estatuto: “1. O presente Estatuto será aplicável de forma igual a todas as pessoas sem distinção alguma baseada na qualidade oficial. Em particular, a qualidade oficial de Chefe de Estado ou de Governo, de membro de Governo ou do Parlamento, de representante eleito ou de funcionário público, em caso algum eximirá a pessoa em causa de responsabilidade criminal nos termos do presente Estatuto, nem constituirá de per se motivo de redução da pena. 2. As imunidades ou normas de procedimento especiais decorrentes da qualidade oficial de uma pessoa; nos termos do direito interno ou do direito internacional, não deverão obstar a que o Tribunal exerça a sua jurisdição sobre essa pessoa.”

<sup>16</sup> É o caso de Dafur, interpretado pelo TPI como sendo um “genocídio por atração”. Nathan, Dev. Darfur: *Primary Accumulation and Genocide, Economic and Political Weekly*, vol. 43, n. 35, Aug. 30 - Sep. 5, 2008, p. 23-26, apud Piovesan, Flávia; Ikawa, Daniela Ribeiro. O Tribunal Penal Internacional e o Direito Brasileiro. In.: Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, 18., 2002, Salvador, BA. Anais da XVIII Conferência Nacional dos Advogados: cidadania, ética e estado. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2003, p.161.



física ou psicológica, submeter à condições de destrutibilidade da integridade física ou psicológica, total ou parcial de indivíduos de determinado grupo, impedimento da reprodução destes e o deslocamento forçado de crianças para outro grupo (LEWANDOWSKI, 2002, p.192).

Ensina, Piovesan e Ikawa (2003, p.160), que o Estatuto teria utilizado a mesma definição que se encontra no teor do art. 2º da Convenção para a Prevenção e Repressão do Genocídio adotada pelas Nações Unidas, em 9 de dezembro de 1948, tendo sido ratificada, posteriormente, pelo Brasil, em 4 de setembro de 1951, na qual se adota a lógica de distinção entre os tipos penais referentes ao genocídio e os crimes contra a humanidade, posto não se restringir, o genocídio, aos períodos de beligerância.

Desse modo, observa-se no tipo penal genocídio potencial gravidade, na medida em que passa a constituir espécie de crime contra a humanidade praticado em tempos de paz ou de guerra, com o dolo físico ou cultural de destruição, total ou parcial, de grupos nacionais, étnicos ou religiosos, conforme dispõe o art. 6º do Estatuto de Roma.

O crime de agressão, por sua vez, como pondera Lewandowski (2002, p.193) “acabou sendo inserido no Estatuto, mas não foi definido, pelo que não pode ser aplicado, diante da exigência de estrita tipificação das figuras delituosas que vigora no campo penal”. Nesse viés, observam Piovesan e Ikawa (2003, p.161-162), que referido tipo viria a adquirir aplicabilidade através de uma proposta de penalização que se deu em 11 de junho de 2010, quando o Grupo de Trabalho sobre o crime de agressão adotou a Resolução - RC/ Res 6., tipificando, nos arts. 8º e 15 do Estatuto (*article 8 bis and article 15 bis/ter*), as condutas relativas ao planejamento, iniciação, preparação ou execução de enérgica agressão, realizada por agente de Estado, e que pela sua natureza constituam graves violações aos Direitos Humanos.

Os crimes de guerra, tipificados no art. 8º do Estatuto, compreendem as condutas praticadas em conflitos armados no plano interno ou internacional, que como observa Piovesan e Ikawa (2003, p.161), constitui genuína inovação do Estatuto, ao prever condutas de abrangência nacional, violadoras do Direito Internacional Humanitário (DIH), abarcando neste tipo os homicídios, torturas, ataques a civis e destruição injustificada, guerras sem quartel, saques, morte de adversários rendidos, uso de veneno, gases asfixiantes e armas tóxicas ou desnecessárias, recrutamento de menores de 15 anos, etc.

Os crimes contra a humanidade, por seu turno, tipificados no art. 7º do Estatuto, consistem em todo e qualquer ato perpetrado conscientemente, de modo sistemático ou generalizado, contra determinado segmento da população civil, englobando: homicídio,

extermínio, escravidão, deportação ou transferência forçada, encarceramento ou grave impedimento da liberdade, tortura, estupro, escravidão sexual, prostituição forçada e demais abusos sexuais de elevada gravidade, perseguição de grupo ou coletividade por razões étnicas, culturais, religiosas, raciais ou de nacionalidade e demais práticas que impliquem em grande sofrimento ou atentem à integridade física ou psicológica das vítimas.

No que se refere ao critério pessoal, como explicitado por Piovesan e Ikawa (2003, p.162), a jurisdição da Corte não alcança crianças menores de dezoito anos, conforme preconizado no art. 26 do Estatuto, não admitindo, todavia, as prerrogativas funcionais concernentes às imunidades, implicando na punibilidade, inclusive, de agentes estatais de elevados cargos, como se afigura no teor do art. 27 do referido diploma, simbolizando “um grande avanço do Estatuto com relação ao regime de imunidades, que não mais poderá ser escudo para a atribuição de responsabilidade penal”, como pontuam as autoras.

Quanto ao critério temporal, a jurisdição do TPI apenas alcança os crimes cometidos após a entrada em vigor do seu Estatuto, em consonância com o princípio da anterioridade da lei penal, ressalvado o disposto no artigo 124, cujo teor permite que os Estados signatários declarem a mitigação da regra nos casos de crimes de guerra perpetrados por nacionais ou estrangeiros em seu território, por período não superior a sete anos a contar da vigência do diploma normativo. Observam, Piovesan e Ikawa (2003, p.162), ser a França um exemplo de mitigação do critério temporal.

Já o critério territorial, por sua vez, nos termos do art. 12 do Estatuto, determina a incidência de jurisdição do TPI por todo o território dos Estados membros, independentemente do acusado ser nacional de país não signatário do Estatuto de Roma (PIOVESAN; IKAWA, 2003, p.162), pelo que se percebe ser possível que determinado indivíduo seja julgado pela Corte, mesmo que seu país não tenha ratificado referido Estatuto.

Com efeito, de modo genérico e sucinto, acerca da marcha processual e de suas particularidades no processo penal internacional, nos ensina, Lewandowski:

O procedimento acusatório pode iniciar-se por uma representação à Promotoria, subscrita por algum Estado-parte ou pelo Conselho de Segurança da ONU, ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, ou ainda por uma investigação aberta pelo próprio Parquet (16). O processo perante o Tribunal, todavia, somente começa se for admitido pela Seção de Questões Preliminares, à vista de indícios suficientes de culpabilidade do acusado apresentados pela Promotoria. Essa Seção poderá também ordenar a prisão preventiva do acusado, para assegurar seu comparecimento em juízo, para que ele não obstrua a investigação, destruindo provas ou ameaçando testemunhas, ou mesmo para impedir que prossiga cometendo crimes. Essa prisão será executada pelos Estados-partes ou por terceiros mediante os instrumentos de cooperação internacional. (2002, p.194)



Ademais, é nesse cenário que se pode discutir acerca do princípio da cooperação<sup>17</sup>, tal qual preconiza o teor do art. 86, cujo enunciado impõe a obrigação de “(...) cooperar totalmente com o Tribunal na investigação e no processamento de crimes que estejam sob a jurisdição desse”, entendendo a “(...) adoção de procedimentos internos de implementação do Estatuto, a entrega de pessoas ao Tribunal, a realização de prisões preventivas, a produção de provas, a execução de buscas e apreensões e a proteção de testemunhas” (PIOVESAN; IKAWA, 2003, p.167) enquanto formas de cooperação por meio das quais se garante o adequado desenvolvimento do processo.

Por fim, reconhecida a culpa, estará, o réu, sujeito às penas de reclusão por prazo não superior a 30 anos, prisão perpétua, multa ou confisco de bens decorrentes da prática do ilícito, devendo, referida penalidade, ser executada pelo Estado-parte do nacional, podendo ser reduzida após um terço de seu cumprimento ou após 25 anos, se aplicada pena perpétua, podendo também ser fixada “(...) reparação às vítimas, sob a forma de reabilitação ou indenização, que será paga pelo réu ou por um Fundo Fiduciário, especialmente criado para esse fim, constituído por bens confiscados e por contribuições dos Estados-partes” (LEWANDOWSKI, 2002, p.194).

---

<sup>17</sup> Pertinente colocação é realizada por Piovesan e Ikawa, ao observarem certo paradoxo entre os princípios da complementaridade e da cooperação, na medida em que não se realizando o julgamento pelo Estado-membro, seja por desinteresse ou por insuficiência de meios, passa-se, então, à assunção da obrigação de cooperação. Nesse viés, insta questionar novamente: Qual o grau de eficiência nos processos de cooperação entre o TPI e seus Estados signatários?

### 3. DA VÍTIMA NO PROCESSO PENAL INTERNACIONAL

Entre os dias 2 e 6 de setembro de 1973, ocorria o 1º Simpósio Internacional de Vitimologia, realizado na cidade de Jerusalém, com o apoio da Universidade Hebraica de Jerusalém, do Governo de Israel e da Sociedade Internacional de Criminologia, que como lembra Laércio Pellegrino (1987, p. 7-8), tinha como objetivo inicial discutir acerca dos problemas criminológicos que envolviam processos de vitimização, na tentativa de proposição de uma conceituação da vítima e de políticas assistencialistas<sup>18</sup> voltadas a essa categoria.

Atualmente, a definição de vítima<sup>19</sup> adotada pela Resolução 40/34 da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), de 29 de novembro de 1985, abarca toda e qualquer pessoa, que individual ou coletivamente, tenha sofrido danos, inclusive lesões físicas ou psicológicas, sofrimento emocional, perda material ou restrição significativa de seus direitos fundamentais, como resultado de ação ou omissão decorrente da violação de leis penais.

Esse entendimento, entretanto, constitui um avanço nas ciências criminais, na proporção em que teria ocupado, a vítima, distintas posições e atribuições no processo penal ao longo da história, passando inicialmente pela fase de protagonismo, cabendo-lhe, *a priori*, o exercício autônomo da função acusatória, sendo, contudo, relegada posteriormente à posição de expectador, na fase de neutralização, com a atribuição da função de acusação e persecução para o Estado-juiz, chegando, enfim, na denominada fase de redescobrimiento, passando a ser concebida enquanto categoria epistemológica, com desdobramentos na relação processual e no campo de políticas públicas, conforme apontamentos de Garcia-pablos de Molinas (2002, p.78).

---

<sup>18</sup> Nesse viés, determina o art. 79 do Estatuto de Roma que por decisão da Assembleia dos Estados Partes, poderá ser criado um **Fundo** em favor das vítimas de graves crimes. (grifo nosso) BRASIL. Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Decreto n. 4.388, de 25 de setembro de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4388.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm)>. Acesso em: 21 abr. 2018.

<sup>19</sup> Convém observar, como indica Moffett, que vítimas de crimes internacionais são afetadas, geralmente, por mais de um delito, cometidos direta ou indiretamente, por longos períodos de tempo e em numerosas situações. Nesse aspecto, observa o autor que o conceito de vítima pode variar de inúmeras formas, sendo reconhecida no sujeito submetido à tortura, na coletividade que passa a ser afastada de sua etnia, no sofrimento imposto às minorias étnicas, etc. Moffett, Luke. Justice for Victims before the International Criminal Court, Abingdon, Oxon: Routledge 2014, p.19

Não obstante ser recente a história da vitimologia<sup>20</sup>, tendo se desenvolvido, *a priori*, de maneira marcadamente positivista, à semelhança dos estudos realizados por Lombroso, Ferri e Garófalo, na tentativa de se traçar um perfil biológico da vítima partindo-se de um viés determinista, seria na transição da fase da autotutela para a modernidade, que a vítima perderia significativamente a sua autonomia na persecução penal em face do Estado, principal responsável pela aplicação do Direito e tutela do bem jurídico, haja vista deter, nesse momento, o monopólio da força<sup>21</sup>, conforme definição proposta por Weber.

Em momento seguinte à fase de neutralização, no entanto, a discussão acerca da vítima enquanto categoria epistemológica seria entabulada, encontrando na vitimologia seu marco conceitual, influenciada pelo período pós-Segunda Guerra Mundial, marcado pelo cometimento, em massa, dos crimes de guerra e pelas numerosas violações aos Direitos Humanos, culminando com a aprovação da Declaração Universal dos Direitos das Vítimas de Crime e de Abuso de Poder pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 1985.

Estruturada em seis partes, com disposições relativas ao reconhecimento das vítimas, reparação e acesso à justiça, referida declaração proporia, ainda, a elaboração, pelos Estados signatários, de políticas assistencialistas, de cooperação entre os Estados e de criação de fundos de assistência às vítimas, contribuindo, desse modo, no deslocamento da pauta para o campo da política, inaugurando um novo contexto em que a vítima passaria a ser vista não apenas enquanto sujeito de direitos, mas, sobretudo, enquanto destinatária de políticas públicas, como atesta Santana (2010, p.22).

Nos dizeres do autor (SANTANA, 2010, p.22), em razão do desenvolvimento da vitimologia enquanto ciência autônoma, a categoria da vítima passa a adquirir tratamento crítico e holístico, fomentando, desse modo, a elaboração de programas assistenciais, de prevenção de delitos (destinados às vítimas em potencial) e de tratamento dos danos sofridos, contribuindo na consolidação de um novo olhar sobre a vítima, que passa, então,

---

<sup>20</sup> Segundo Neuman, a proposta da vitimologia encontra respaldo na ideia de um sistema de justiça que prioriza as necessidades da vítima e que reconhece, de certo modo, as falhas dos modelos de compensação adotados judicialmente, operando, nesse aspecto, com o intento de democratizar o acesso à justiça através da prevenção de processos de vitimização e do oferecimento de respostas socialmente válidas a todos os tipos de vítimas. Neuman, Elias. *Victimologia: el rol de la victima en los delitos convencionales y no convencionales*. Imprenta: Buenos Aires, Editorial Universidad, 1994, p.25.

<sup>21</sup> Do alemão *Gewaltmonopol des Staates*, em alusão à definição de Estado proposta por Weber em obra intitulada “A política como vocação” (*Politik als Beruf*), fruto de conferência ministrada na Universidade de Munique, em 1918, com publicação em 1919. Weber, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

a receber não apenas uma indenização paga pelo autor do delito, quando previsto em lei, como também uma assistência por parte do Estado.

Nesse contexto, observa Busto Ramirez e Larrauri Pijoan (1993, p.12) que o conceito de vítima foi redefinido e ampliado pela vitimologia, alcançando as famílias, a coletividade, as testemunhas e até mesmo o próprio acusado, podendo ser compreendido, em uma perspectiva crítica, como sendo vítima social, na medida em que se passa a correlacionar "(...) o conceito de vítima com os bens jurídicos microsociais, afetos à vida, saúde, segurança, liberdade, honra ou ao patrimônio de uma pessoa". (tradução nossa)

Referida amplitude conceitual, todavia, ganharia espaço através da consolidação de um processo penal internacional, entendido por Zilli (2006, p.66) como sendo “os instrumentos e mecanismos criados para viabilizar a imposição, no plano internacional, das sanções correspondentes à prática de crimes internacionais”.

Como observa Gemaque (2011, p.64), contudo, teria sido a passos lentos que se estabeleceria um modelo de justiça internacional, em consonância com as normas de Direitos Humanos e responsável pela aplicação de normas processuais penais internacionais, não sendo, referido projeto, de fácil implementação, na medida em que no atual estado de arte encontra-se, ainda, bastante arraigada a ideia de uma razão de Estado absoluta, identificada na resistência dos Estados em submeter-se à jurisdição de uma Corte Penal Internacional, interferindo de modo decisivo no desenvolvimento da marcha processual, nos processos de cooperação e, conseqüentemente, na implementação de uma jurisdição em âmbito internacional.

Ademais, pontua, McKay (2008, p.1), que se muito embora já se possa constatar a participação das vítimas em alguns lugares do mundo, em que as mesmas passam a integrar a lide como partes da relação processual, há de se salientar, porém, que na maior parte dos países que adotam o sistema *common law*, referida participação é pouco familiar, estando circunscrita, a vítima, muitas vezes, a uma atuação secundária, tanto como testemunha, quanto como parte interessada.

Para todos os efeitos, após o primeiro julgamento proferido pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) relativo ao caso Lubanga (Prosecutor v. Thomas Lubanga Dyilo)<sup>22</sup>, observa, o autor (MCKAY, 2008, p.1), que variadas questões foram sendo suscitadas em

---

<sup>22</sup> TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Juízo de Instrução I. Decision on the Arrangements for Participation of Victims a/0001/06, a/0002/06 and a/0003/06 at the Confirmation Hearing. Prosecutor v. Thomas Lubanga Dyilo. 22 de set. de 2006.

sede de apelação, abrindo precedentes históricos para a participação das vítimas no processo internacional, como adiante será esmiuçado, sendo certo que seria na dupla conjugação de esforços, expressos no Estatuto de Roma e no acervo de decisões jurisprudenciais do TPI, que a vítima encontraria, enfim, espaço propício à sua participação na relação processual.

Nestes termos, nota-se, ainda, algumas mudanças no Direito Internacional, a exemplo do que Trindade (2003, p.544) reconhece como sendo o princípio da “primazia da norma mais favorável à vítima”, tendo se consolidado em âmbito jurisprudencial através de uma atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, com reflexos tanto na soberania dos Estados quanto do ponto de vista de uma ordem jurídica internacional, ao optar por um modelo de solução de controvérsias mais benéfico à vítima, nos casos de conflito aparente de normas.

Esses e outros aspectos concernentes à vítima no processo internacional serão adiante expostos, sendo de relevo iniciar a discussão a partir de um panorama ofertado pelo exercício da jurisdição penal doméstica, de modo que se possa dimensionar o processo penal internacional no atual contexto, a partir de um breve comparativo com a tradição processualística pátria.

### 3.1 Considerações iniciais sob a perspectiva do direito penal doméstico

No decorrer do processo histórico teria a vítima ocupado diferentes *locus* no processo penal, sendo durante muito tempo protagonista no desenvolvimento da lide, cabendo-lhe, *a priori*, por iniciativa própria, exercitar a função acusatória.

Referido modelo, entretanto, não prosperaria, devido ao significativo aumento da criminalidade por volta do século XII, tendo ocorrido, nesse contexto, a opção legislativa pelo modelo inquisitório, onde caberia ao Estado a tarefa de acusação, em detrimento de uma concepção autônoma da vítima no processo penal (LOPES, 2008, p.60). Nesse contexto, rememora Tourinho Filho que:

O Processo Penal Público atravessou, em Roma, fases interessantes. No começo da Monarquia não havia nenhuma limitação ao poder de julgar. Bastava a *notitia criminis* para que o próprio Magistrado se pusesse em campo, a fim de proceder às necessárias investigações. Essa fase preliminar chamava-se *inquisitio*. Após as investigações o Magistrado impunha a pena. Prescindia-se da acusação. Nenhuma garantia era dada ao acusado. (2012, p. 103)

Nos dizeres de Beling (1943, p.21 apud LOPES, 2008, p.55), seria "(...) natural que nas épocas em que o Estado viu-se seriamente ameaçado pela criminalidade o Direito penal tenha estabelecido penas severas e o processo tivesse que ser também inflexível". Com reserva de crítica, partindo-se de uma perspectiva antropológica<sup>23</sup> do Direito e observando neste a expressão cultural de determinada época, há de se considerar, contudo, a opção por um modelo punitivo não garantista em países cujo exercício do poder se dava de modo marcadamente autoritário, como bem observa Aury Lopes Jr. (2008, p.56), prevalecendo, desse modo, a expressão de uma hegemonia de Estado através da aplicação da pena, em detrimento de garantias individuais.

Nesse cenário, conforme relembra Paulo Rangel (2008, p.46), não existia uma "separação de funções" posto que cabia ao juiz iniciar a ação, defender o réu e ao mesmo tempo julgá-lo, de modo que o processo inquisitório consistiria em nada mais que "(...) uma técnica de investigação" com o fim de resguardar os valores sociais de determinada época (BADARÓ, 2003, p.108), através da "(...) centralização de todos os aspectos do poder soberano (legislação, administração e jurisdição) em uma única pessoa": o juiz, segundo retrospectiva de Denílson Feitoza (2008, p.33).

Com o Concílio de Latrão, em 1215, o processo inquisitivo passaria a ser utilizado em quase toda a Europa, expandindo-se da Igreja para os Tribunais, ao passo em que adquiria feição parcial, radical e hierárquica (NETTO, 2003, p.25), conferindo ao réu tratamento desumanizado, na medida em que era visto "(...) como mero objeto da perseguição, motivo pelo qual práticas como a tortura eram frequentemente admitidas como meio para se obter a prova-mãe: a confissão" (CAPEZ, 2008, p.46).

Ademais, seria na tradição inquisitorial que se desenvolveria, inicialmente, o processo penal brasileiro, regido pelo Código de Processo Penal, elaborado por Francisco Campos e instituído pelo Decreto-Lei nº 3.689, datado de 3 de outubro de 1941, expedido pelo então presidente Getúlio Vargas, entrando em vigor na data de 1º de janeiro de 1942.

Contudo, expressiva mudança ocorreria por volta do início do século XVIII, ocasião em que seria posto em prática pretensão projeto de humanização do sistema punitivo com adoção de um modelo acusatório de processo, influenciado pelas ideias de estudiosos como Voltaire e Montesquieu, culminando, à época, na elaboração de uma Declaração

---

<sup>23</sup> Segundo Kroeber (1949), o estudo antropológico tem como objeto o "instrumental superorgânico do homem", ou, em outras palavras, a sua cultura. Nesse viés, seria, o Direito, um aspecto dentre os possíveis, nesse instrumental. Kroeber, Alfred. "O Superorgânico", in Donald Pierson (org). Estudos de organização social. São Paulo: Livraria Martins, 1949.

dos Direitos do Homem e do Cidadão, em sintonia com os ideais do movimento iluminista (TOURINHO FILHO, 2012, p.111).

Referida influência se faria sentir, inclusive, na tradição processualística pátria, que gradativamente passa a sofrer modificações na legislação processualista, com base nos Tratados e Convenções de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil, com reflexos na adoção de um modelo acusatório de processo, cuja proposta repousava na ideia de um sistema de base dialética, no qual o juiz passava a ser órgão julgador imparcial, ao passo em que o autor passava a assumir o ônus da acusação e o réu passava a exercer o direito de defesa, utilizando-se de todos os meios e recursos não vedados por lei (RANGEL, 2008, p.48), operando-se, assim, significativa alteração no processo penal brasileiro, que já indicava, à época do Estado Novo, ser incompatível com a ideia de um modelo processual garantístico.

Insta mencionar que referida mudança, contudo, não foi abrupta, nem absoluta, posto que se muito embora o processo penal pátrio passou por significativa mudança, alinhando-se à lógica de um modelo processual acusatório, por intermédio do princípio democrático-republicano<sup>24</sup> e pelas numerosas garantias processuais que foram sendo gradativamente inseridas em texto constitucional e reconhecidas em sede de jurisprudência, por outro lado ainda se observa, atualmente, alguns resquícios de institutos do sistema inquisitorial, consoante pontua Jacinto de Miranda Coutinho (1994, p.33-45 apud NETTO, 2003, p.25), ao afirmar que o "(...) sistema processual penal brasileiro é, na essência, inquisitório, porque regido pelo princípio inquisitivo, já que a gestão da prova está, primordialmente, nas mãos do juiz”.

É com o advento da Carta Constitucional de 1988, entretanto, que a adoção de um modelo acusatório de processo passa a ter amparo constitucional, restando divididas as funções de acusar e de julgar, executadas, agora, à luz dos princípios do juiz natural (art. 5º, LIII, 92 a 126); da publicidade dos atos processuais (art. 5º, LX), do contraditório e da ampla defesa (art.5º, LV).

Nesse espectro, complementa Capez (2008, p.45), ao afirmar que o sistema acusatório se perfaz, ainda, com a observância das garantias da tutela jurisdicional (art. 5º,

---

<sup>24</sup> Sobre o processo penal no contexto de um Estado democrático de Direito: “Requer que se acorde, tanto a vítima que reivindica a investigação, quanto o acusado, durante o processo penal, que recebam um tratamento que seja igual, qualquer que seja a sua condição pessoal: não pode haver privilégios (“lei particular”) ou discriminação de qualquer natureza, nem por qualquer razão, nem durante o processo, nem na decisão final. Ao mesmo tempo, qualquer que seja a decisão que se adote, deve ser justa e imparcial”. Nores, José I. Cafferata. *Proceso Penal y Derechos Humanos*. Bueno Aires: Editores Del Puerto, 2000, p.23-24, trad. nossa.

XXXV), do devido processo legal (art. 5º, LIV), do acesso à justiça (art.5º, LXXIV), da isonomia processual (art. 5º, *caput* e I), da motivação das decisões judiciais (art. 93, IX) e da presunção de inocência (art. 5º, LVII).

Desse modo, é a partir da influência de ideias garantistas que se desenvolve o atual Direito Processual Penal brasileiro, compreendido como sendo "o conjunto de princípios e normas que regulam a aplicação jurisdicional do Direito Penal, bem como as atividades persecutórias da Polícia Judiciária, e a estruturação dos órgãos da função jurisdicional e respectivos auxiliares" (MARQUES, 2000, p.20), consistindo em ramo autônomo do Direito, com método (técnico-jurídico) e objeto (processo penal) próprios, não se confundindo com o direito penal material.

### 3.2 A vítima no processo criminal internacional

Com efeito, observa Gemaque (2011, p.31), ter se dado de modo diferenciado o desenvolvimento do processo penal internacional<sup>25</sup> se comparado ao processo penal no Brasil, tendo em vista não ter alcançado significativa autonomia em alguns países, em contrapartida do que se observa em solo pátrio, muito embora existam normas de natureza processual, que pelas suas peculiaridades, se diferenciam das normas materiais, exigindo, desse modo, um tratamento diferenciado pela doutrina.

De outro modo, indica, o autor, haver certa similitude teleológica entre o processo penal brasileiro e o processo penal internacional, tendo em vista constatar-se, em ambos os casos, o elemento finalístico voltado para o afastamento da vingança privada, seja através da atuação de órgãos nacionais, seja através da efetivação de uma jurisdição em âmbito internacional (GEMAQUE, 2011, p.32).

Há de se observar, contudo, premente dificuldade em se abordar o processo penal sob uma perspectiva internacional, pois é pelas linhas da Carta Constitucional que se estabelecem os vetores principiológicos que devem ser observados no decorrer da relação processual. É o entendimento de Vargas (1992, p.67) ao afirmar que “o processo é que assegura a efetivação dos direitos e garantias fundamentais do cidadão, quando violados, com base nas linhas principiológicas traçadas pela Constituição”.

---

<sup>25</sup> Pontua, Zilli, que o processo penal internacional pode ser compreendido como sendo o conjunto de instrumentos e mecanismos por meio dos quais se torna possível a aplicação de uma sanção penal correspondente a um ilícito internacional. Zilli, Marcos Alexandre Coelho. A prova ilícita e o Tribunal Penal Internacional: regras de admissibilidade. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p.66.



Recorda Rothenburg (1999, p.13) que em um primeiro momento o arcabouço principiológico chegava a confundir-se com o próprio conteúdo do Direito Natural, devido ao seu caráter de abstração e generalidade, além de ausente a previsão de uma sanção em sua estrutura, razão pela qual eram considerados, os princípios, “meras exortações, preceitos de ordem moral ou política”.

Entretanto, certo esforço teórico seria realizado posteriormente, no sentido de se reconhecer o caráter de juridicidade dos referidos comandos, compreendidos por Alexy<sup>26</sup> como sendo “determinações de otimização” (*optimierungsgebote*), na proporção em que se materializariam de acordo com o contexto fático-jurídico sobre o qual incidissem.

Desse modo, em que pese haver certa divergência acerca de uma possível distinção, ou não, entre regras e princípios, referida renovação doutrinária teria possibilitado uma percepção do princípio enquanto norma genérica, dotada de imperatividade, responsável pela condução harmônica, racional e sistêmica de determinado ordenamento jurídico (SUNDFELD, 1992, p.137).

Ademais, observa Cintra, Grinover e Dinamarco (2002, p.80), ser através dos princípios que se pode falar em um processo penal garantístico, em consonância com o ideal democrático e atento à noção de justiça aceita por determinada sociedade, ultrapassando a simples ideia do processo enquanto mero aporte instrumental a serviço do direito material.

Contudo, é na legislação alienígena que toma forma o processo criminal internacional, apoiado nos Tratados e Convenções de Direitos Humanos, cujo surgimento estaria associado a própria ideia de Devido Processo Legal (*Due Process of Law*), nascido com a intenção de se combater, à época, os abusos de poder cometidos pelo Estado, em particular, pelo Poder Executivo.

Relembra, Gemaque (2011, p.32), que referido princípio remonta à promulgação da Magna Carta<sup>27</sup>, em 15 de junho de 1215, no século XIII, pelo rei João Sem Terra,

---

<sup>26</sup> Em que pese se adotar em nível doutrinário no Brasil a denominada tese “fraca” de distinção entre princípios e regras, é através dos estudos realizados por Alexy e Dworkin que se pode falar em uma distinção lógica entre regras e princípios, conhecida como tese “forte”, tendo como maior expoente no país, Humberto Bergmann Ávila, cujo desenvolvimento teórico se perfaz a partir de uma diferenciação baseada na conjugação de vários critérios argumentativos. Vide: Ávila, Humberto Bergmann. Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

<sup>27</sup> Considerada a sua relevância na consolidação do princípio em comento, convém a transcrição do art. 39 do referido diploma: “Artigo 39: Nenhum homem livre será detido ou sujeito à prisão, ou privado de seus bens, ou colocado fora da lei, eu exilado, ou de qualquer modo molestado, e nós não procederemos nem mandaremos proceder contra ele senão mediante um julgamento regular pelos seus pares ou de harmonia com a lei do país”.

elaborada com o intento de proteger os nobres dos arbítrios da coroa inglesa (NERY JR., 1997, p.32).

Sua influência pode ser notada na tradição anglo-saxônica, tendo sido adotado pelo Parlamento Inglês por volta de 1354 (MIRANDA, 1990, p.15) e mais tarde pelas colônias inglesas da América do Norte, adquirindo amparo constitucional e aperfeiçoamento teórico no decorrer dos séculos, encontrando na Declaração de Direitos de Virgínia (1776) e em outras constituições estaduais (Delaware – 1776, Maryland – 1776, Carolina do Norte – 1776, Massachussetts – 1780, New Hampshire – 1784) espaço propício para o desenvolvimento de seu conteúdo axiológico, culminando com a elaboração da V Emenda à Carta Política estadunidense (*Bill of Rights*), editada em 1791, na Filadélfia, cujo teor determina:

Ninguém será detido para responder por crime capital ou outro crime infamante, salvo por denúncia ou acusação perante um Grande Júri, exceto em se tratando de casos que, em tempo de guerra ou de perigo público, ocorriam nas forças de terra ou mar, ou na milícia, durante serviço ativo; ninguém poderá pelo mesmo crime ser duas vezes ameaçado em sua vida ou saúde; nem ser obrigado em qualquer processo criminal a servir de testemunha contra si mesmo; nem ser privado da vida, liberdade, ou bens, sem processo legal; nem a propriedade privada poderá ser expropriada para uso público, sem justa indenização. (SOARES, 1999, p.106)

No Brasil, referido preceito ganha contornos constitucionais com o art. 5º, inciso LIV, da atual Carta Constitucional, cujo teor determina que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

Deve se ponderar, todavia, que inicialmente referido princípio assumia feição nitidamente processual, na medida em que se destinava ao correto desenvolvimento da lide, em consonância com o disposto em lei, sem se preocupar, porém, com o teor dos atos decisórios proferidos pelo Poder Público, servindo, antes, à regularização dos processos penais e, posteriormente, dos processos civis e administrativos.

Por volta do século XIX, entretanto, operou-se intensa mudança nas Cortes Judiciais, que como observa Tucci (1993, p.64), passaram a conceber o Devido Processo Legal no seu sentido substantivo, e, portanto, indissociável da sociedade, refletindo na consolidação de uma visão sincrética do processo, respaldada, desde já, nos ideais de justiça e em consonância com o princípio da razoabilidade.

Pode se afirmar, inclusive, que seria através do advento da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, que se desenvolveria uma ideia extensiva do Devido Processo Legal, vindo a adquirir obrigatoriedade, *a posteriori*, com a celebração do Pacto

Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, adotado pela XXI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966, acrescendo-se ao cenário, como rememora Gemaque (2011, p.33), o paulatino desenvolvimento de uma cultura de respeito aos Direitos Humanos e de combate à impunidade, fortalecida com o advento das cortes regionais de Direitos Humanos (ZILLI, 2006, p.95).

Há de se reconhecer, outrossim, conforme aponta Castro (1989, p.77), que seria, portanto, através do Devido Processo Legal que se poderia adequar a atividade jurisdicional às necessidades de uma determinada sociedade, posto não mais estar restrito, o processo, à concepção processualística simplista outrora experienciada. Nesse contexto, o processo tornava-se instrumento com vistas a se assegurar a efetividade dos direitos e garantias consolidados ao longo dos séculos, expressos nas normas de Direitos Humanos e nos regimentos internos de Tribunais Penais Internacionais.

É nesse cenário de dinamismos que se consolida um sistema processual garantista, que como nos ensina Zilli (2006, p.103), se constrói pela mútua influência de normas internacionais de Direitos Humanos e de normas processuais de Direito Interno, ofertando, desse modo, ao Direito Internacional Penal, caminho regular e seguro para a aplicação de sanções internacionais às graves violações de Direitos Humanos, respaldando-se na ideia de cooperação entre as nações e de complementaridade da jurisdição internacional.

Nesse viés, necessária é a observação de Mazzutti (2015, p.1746), quando afirma que de modo análogo à sistemática do Direito brasileiro, os procedimentos responsáveis pela instrumentalização do Direito Internacional Penal e pela aplicação de acordos e tratados, devem se dar com a observância dos direitos e garantias fundamentais, guardando com estes, "estrita proporção e razoabilidade".

Ademais, é através do Estatuto de Roma que se pode falar em uma padronização do processo penal internacional,<sup>28</sup> com princípios, regras e rito próprio, como também se pode afirmar que é a partir de sua institucionalização, com a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI), que se constata uma aplicação progressiva do moderno princípio do Direito Internacional Penal, onde a punibilidade outrora prevista no Tratado de Versalhes (1919), na Carta de Londres (1945), nos princípios de Nuremberg e nos tribunais *ad hoc* instituídos para a Ex-Iugoslávia (1993) e Ruanda (1994) alcança, finalmente, larga aplicabilidade, respaldada nos Princípios da Legalidade, Complementaridade, Cooperação e

---

<sup>28</sup> Vide: Fernandes, Antonio Scarance; Zilli, Marcos. Alexandre Coelho. Direito Processual Penal Internacional. São Paulo: Atlas, 2013.

do Devido Processo Legal, sendo considerado, o TPI, uma das Cortes atuais de maior relevo no combate de crimes contra os Direitos Humanos, como pondera Deissy Motta Castaño (2010, p.204).

Por outro lado, acresce-se ao contexto certo grau de tensão e expectativa por parte da comunidade internacional, conforme reconhece Giuseppe Zago (2014, p.2-3), decorrentes da adoção de um modelo processual misto pelo TPI, pois se a intenção inicial era contemplar simultaneamente aspectos da tradição inquisitiva e do modelo acusatório de processo, se constata, atualmente, certa insegurança na implementação do diploma, expressa na divergência de objetivos e na incoerência entre algumas regras adotadas pelo Estatuto de Roma e pelo Regimento Interno de Procedimento e Evidência (RPE).

Convém observar nesse contexto que não obstante ser considerada recente a atuação do TPI frente à comunidade internacional, algumas de suas decisões tem sido emblemáticas, repercutindo em acalorados debates acerca de temas afetos ao Direito Internacional, a exemplo do que se observa no Caso Lubanga, tema a ser explorado posteriormente, sendo fato que referida Corte, ao propiciar espaço para a efetiva participação da vítima no processo criminal, parece inovar em termos normativos e jurisprudenciais. É a constatação de Resende (2009, p.402), ao afirmar que: "As vítimas, finalmente, parecem ter encontrado instrumentos eficazes para vir à luz". Nas palavras de McKay:

Um dos aspectos únicos do Tribunal Penal Internacional (TPI) em comparação com outros tribunais penais internacionais é o elemento da participação da vítima. As vítimas podem apresentar seus pontos de vista e preocupações ao TPI, onde seus interesses são considerados potencialmente em qualquer fase do processo, das investigações à fase de apelação. (2008, p.1, tradução nossa)

Referido aspecto indica potencial campo a ser investigado pelo Direito Internacional, na medida em que inaugura um modelo penal dinâmico, em consonância com a Resolução 40/34 adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), ao promulgar a Declaração Universal dos Direitos das Vítimas de Crime e de Abuso de Poder, em que se direciona um olhar para a vítima no processo criminal, até então, pouco considerada, inclusive no âmbito dos processos internos, fomentando a elaboração de políticas assistencialistas e a criação de fundos de assistência às vítimas acometidas por graves violações de Direitos Humanos.<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> Ensina o professor Ilias Bantekas, que o direito das vítimas à efetiva prestação jurisdicional, atualmente, é amplamente reconhecido no âmbito dos Direitos Humanos, lhes sendo assegurado o direito de proteção à integridade física, de se obter uma justa reparação pelos danos sofridos e a condenação do(s) culpado(s) pelos crimes perpetrados. É o que se constata do teor do artigo 8º da Declaração Universal dos Direitos

Em suas ponderações, observa Elisabeth Baumgartner (2008, p.409-410) que tal participação é fenômeno recente, influenciado por forte tendência de reconhecimento das opiniões no decorrer do processo penal, através de uma atuação conjunta entre organizações não governamentais (ONGs) e Estados, de modo a possibilitar uma ampla articulação de apoio às vítimas.

Relata, ainda, a autora (BAUMGARTNER, 2008, p.410), existir certa preocupação com essa autorização ofertada às vítimas, motivo pelo qual se questionam os atuais estudiosos do tema, acerca do alcance e efetividade de tais medidas, analisando se referido acesso pode, enfim, concretizar o efetivo anseio das vítimas à justa reparação.

Com razão observa Ilias Bantekas (2010, p.557-558), ao ponderar que a atuação da vítima, todavia, não se restringe ao TPI ou às Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja (CECC), sendo estas, tão somente, manifestações recentes do sistema de Justiça Criminal Internacional. Como aponta o autor, nesse panorama as vítimas podem participar, genericamente, de quatro formas.

A primeira diz respeito às reivindicações de cunho particular, onde as partes requerem, junto ao procurador, prestação jurisdicional reparatória/compensatória dos danos causados, restringindo-se o pedido à esfera cível (BANTEKAS, 2010, p.557-558).

Observa-se referido estágio de participação, consoante o disposto no art. 75(1) do Estatuto de Roma, ao estabelecer que a Corte determinará "as formas de reparação aplicáveis, tais como a restituição, a indenização ou a reabilitação, que hajam de ser atribuídas às vítimas ou aos titulares desse direito" através de um despacho, sendo possível antes disso, "solicitar e levar em consideração as pretensões formuladas pela pessoa condenada, pelas vítimas, por outras pessoas interessadas ou por outros Estados interessados", além das observações realizadas por vias de representação, conforme prevê o art. 75(3).

Nesse aspecto, convém mencionar o entendimento de Ventura (2014, p.348) sobre o assunto, ao afirmar que o sistema de reparações se estrutura, basicamente, sob dois propósitos a saber: Obrigar os responsáveis à reparação do dano causado e garantir a responsabilização dos criminosos pelos crimes cometidos.

A segunda, por seu turno, refere-se à atuação subsidiária da vítima, onde partindo-se de uma perspectiva secundária, assumiria, a vítima, papel de auxiliar do promotor no

---

Humanos, do art. 2(3) Convenção Internacional de Direitos Civis e políticos (ICCPR) e do art. 14(1) da Convenção contra Tortura das Nações Unidas. Bantekas, Ilias. *International Criminal Law*. Oxford and Portland, Oregon: Hart Publishing, 2010, p.548-549.

decorrer da persecução penal, contribuindo na formação de um juízo com vistas a impulsionar ou refrear a instauração de um processo penal (BANTEKAS, 2010, p.557-558).

É o que se depreende do disposto no art. 68(3), ao prever que em sendo afetados os interesses pessoais dos sujeitos vitimados, poderá, a Corte, permitir que expressem suas opiniões pessoalmente ou através de representante legal, desde que seja realizado de modo apropriado e sem prejuízos aos direitos do acusado.

A terceira remete a uma atuação mais enérgica, onde a vítima pode ser autorizada pelo tribunal para apresentar ou ler as declarações de impacto após a determinação de culpa do acusado (BANTEKAS, 2010, p.558).

Já o quarto modelo, na visão do autor (BANTEKAS, 2010, p.558), concerne a um modo de participação muitas vezes esquecido pela maioria dos autores, referente à prática da lei islâmica através de uma aplicação da *diyya* (também conhecido como “dinheiro de sangue”) e das *qisās* (pedido de retaliação pelos danos sofridos).<sup>30</sup>

Com efeito, segundo Bantekas (2010, p.558), nesse modelo as partes podem requerer uma retaliação proporcional ao dano sofrido, com vistas à satisfação de seu desejo pessoal de vingança. Há de se observar, no entanto, certa desproporcionalidade no direito de participação da vítima no referido sistema, indicando a adoção de uma lógica punitiva contrária à estabelecida pelos Direitos Humanos.

Além do mais, em épocas pós-conflitos, a criação de comissões da verdade, ao lado de uma Comissão Nacional ou Internacional para apuração dos crimes cometidos, permitiria, também, uma participação direta, por parte das vítimas, nestes órgãos, a exemplo do ocorrido na Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação do Timor-Leste (CAVR), como relata Bantekas (2010, p.558).<sup>31</sup>

Destarte, parte-se à análise da participação da vítima nos tópicos seguintes, com foco no modelo processual adotado pelo Estatuto de Roma e nas experiências obtidas junto às Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja, na tentativa de se desvendar esses novos espaços ofertados às vítimas no bojo do processo criminal internacional.

---

<sup>30</sup> Vide: Nasser, Salem Hikmat. Direito islâmico e direito internacional: os termos de uma relação. Rev. direito GV [online]. 2012, vol. 8, n. 2, p.725-744.

<sup>31</sup> Nas palavras de Sérgio Vieira de Mello, a Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação do Timor-Leste (CAVR) é uma das instituições de maior relevância na promoção dos ideais de Justiça de Transição junto ao povo leste-timorense, tendo como objetivo principal fiscalizar os processos de justiça e reconciliação, consolidando uma cultura de combate à impunidade. Mello, Sérgio Vieira de. Informe do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e Seguimento da Conferência Mundial de Direitos Humanos. In: Marcovitch, Jacques (Org.). Sérgio Vieira de Mello Pensamento e Memória. São Paulo: Saraiva/EDUSP, 2004, p.122.

### 3.3 Novas vozes no processo: Uma análise normativa do Estatuto de Roma

Partindo-se da premissa de que existe, atualmente, forte tendência no Direito Penal em se reconhecer a vítima no processo, tanto como categoria epistemológica pela vitimologia, quanto como destinatária de garantias expressas em tratados e convenções internacionais, cujos esforços propiciaram a edição da Resolução 40/34, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), faz-se mister, todavia, ressaltar que em âmbito internacional, teria, o Tribunal Penal Internacional (TPI), inaugurado modelo processual “*sui generis*”, em sintonia com essa nova tendência, atento às demandas sociais insurgentes e experiências de vitimização adquiridas ao longo do tempo.

Como aponta Resende (2009, p.403), esse complexo de direitos ofertados à vítima, muito embora possa induzir à falsa percepção de se assemelhar ou reduzir-se aos institutos jurídicos de tradição romano-germânica, como a assistência ou a composição civil por danos decorrentes de ato ilícito, deles se diferencia substancialmente, sendo equivocada tal afirmação, na medida em que estabelece, o Estatuto de Roma, "um conjunto específico de direitos e garantias que dão ocasião a um papel singularíssimo, talhado para a melhor defesa possível de seus interesses".

Ademais, não seria exagero afirmar que o próprio Estatuto foi elaborado pensando na vítima, posto se observar, desde o seu preâmbulo<sup>32</sup>, menção a esta categoria, pelo que se depreende de seu teor, ao referenciar os milhões de crianças, mulheres e homens vitimados pelas atrocidades e barbáries cometidas em outras épocas, razão que nos leva a crer ser, a vítima, uma justificante e objetivo central a ser perseguido pelo referido diploma, como observa Resende (2009, p.404).

Convém, nesse aspecto, delimitar o entendimento de vítima adotado pelo Estatuto, que sendo amplíssimo, embora se pudesse alargar ainda mais o seu teor (RESENDE, 2009, p.404-405), passa a ser expresso nas denominadas Regras de Procedimento e Evidência (RPE)<sup>33</sup>, compreendendo na vítima, toda e qualquer pessoa natural sobre a qual

---

<sup>32</sup> BRASIL. Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Decreto n. 4.388, de 25 de setembro de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4388.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm)>. Acesso em: 21 abr. 2018.

<sup>33</sup> “O Estatuto estabelece que o Tribunal terá suas próprias Regras de Procedimento e Prova, as quais serão ultimadas pela Assembléia dos Estados-Partes (Artigo 51)”. Conforme expresso no Manual de ratificação e implementação do Estatuto de Roma: “Essas Regras explicarão mais pormenorizadamente as disposições do Estatuto relativas à condução de todos os processos do TPI. As normas, por exemplo, deverão estipular questões de natureza prática, tais como os fatores que o Tribunal deve levar em conta quando da imposição de uma multa, o procedimento que rege a determinação de quais reparações poderão ser apropriadas, e o prazo para interposição de um recurso”. Manual de Ratificação e Implementação do Estatuto de Roma. The International Centre for Criminal Law Reform and Criminal Justice Policy. Vancouver: 2003, p.7.

incida dano, direto, indireto, individual ou coletivo, decorrente de grave violação de Direitos Humanos.

Insta mencionar ainda, que referida definição não se restringe à pessoa física, alcançando pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado que exerçam atividades de utilidade pública ou para fins humanitários, como organizações religiosas, hospitais, entidades filantrópicas, etc., como também encontra-se atrelada à noção de dano, consoante entendimento atualmente adotado pelo TPI, compreendido à luz dos padrões reconhecidos internacionalmente.

É o que se percebe, por exemplo, ao rememorar o caso Lubanga, em decisão paradigmática proferida pela Seção Recursal, ao retificar entendimento anteriormente adotado pela Seção de Pré-Julgamento, afastando, doravante, a comprovação do nexo causal direto entre o dano sofrido e a conduta delitiva do acusado para fins de participação da vítima no processo, conforme recorda McKay (2008, p.2-3).

Ademais, há de se observar também a forte influência em se considerar os interesses da vítima, agora não mais restritos ao ressarcimento/compensação pelos danos sofridos, alcançando, também, suas opiniões e preocupações, a tutela de sua dignidade, incolumidade física e psicológica, o que sugere uma correlação entre o resultado danoso e os interesses personalíssimos do sujeito vitimado ensejadores do processo (MCKAY, 2008, p.3).

Com efeito, seria irresponsável afirmar que a efetiva participação da vítima ocorre tão somente pelo processo criminal, haja vista existirem outros meios que contribuem igualmente na sua participação, a exemplo do que ocorre nas práticas restaurativas<sup>34</sup> e de transição<sup>35</sup>. No entanto, é pelo processo que se consolidam as garantias constitucionalmente previstas, na medida em que permite à vítima trazer para o mundo jurídico suas reclamações, com amparo no direito que lhe assiste, contribuindo desse modo no adequado desenvolvimento dos atos processuais, consoante o já mencionado Princípio do Devido Processo Legal.

---

<sup>34</sup> Vide: Tiveron, Raquel. Ébano e marfim: a justiça restaurativa e o TPI orquestrados para a paz sustentável em Uganda. Revista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Brasília, v. 1, n. 5, p. 33-61, 2011, p.55-56.

<sup>35</sup> Vide: Teitel, Ruti. Transitional justice genealogy. (Symposium: Human Rights in Transition) 16 *In: Harvard Human Rights Journal*, 2003.



Assim sendo, conforme ensinamentos de Gibson, Olásolo e Stahn (2006, p.225-226 apud RESENDE, 2008, p.405-406), há de se ter em mente que o Estatuto opera basicamente segundo a lógica de dois regimes de participação<sup>36</sup>, sendo um deles previsto no art. 89 do Regimento Interno de Procedimento e Evidência (RPE), cujo teor remete às disposições relativas à aprovação da participação das vítimas pelo TPI, ao passo em que o segundo se encontra multifacetado em vários dispositivos do diploma normativo, a exemplo do disposto nos comandos 15 (3)<sup>37</sup> e 19 (3)<sup>38</sup> do Estatuto, chegando a se falar, inclusive, em um princípio de participação da vítima em sede doutrinária, dado o estímulo à participação, formação de opinião e informação das vítimas no decorrer da persecução penal.

Pondera, no entanto, McKay (2008, p.2), que referida participação tem suscitado certas controvérsias, a exemplo da contestação pela promotoria de decisão proferida pela Seção de Pré-Julgamento, em janeiro de 2006. Nesse contexto, após autorização da Seção para participação de vítimas durante a fase de persecução penal, teria se oposto o procurador, alegando que referida participação poderia vir a comprometer a objetividade e eficiência da investigação, resultando em prejuízo à segurança jurídica.

Nessa esteira, alude Bantekas (2010, p.559) à elaboração do art. 68 (3) do Estatuto, cujo teor seria determinante nos processos de participação, refletindo, outrossim, na adoção de cláusulas similares por tribunais híbridos, a exemplo do art. 12.3, adotado pela Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET) durante a implementação de processos relativos à Justiça de Transição e do art. 17 do Estatuto do Tribunal Especial para o Líbano. É o seu teor:

---

<sup>36</sup> Opinião diferente é a de Elisabeth Baumgartner. Na sua concepção, o Estatuto adotou vários regimes de participação e não apenas dois. Baumgartner, Elisabeth. Aspects of victim participation in the proceedings of the International Criminal Court. *International Review of the Red Cross*. v. 90, n. 870, p.409-440, jun. 2008.

<sup>37</sup> É a literalidade do dispositivo: "Se concluir que existe fundamento suficiente para abrir um inquérito, o Procurador apresentará um pedido de autorização nesse sentido ao Juízo de Instrução, acompanhado da documentação de apoio que tiver reunido. **As vítimas poderão apresentar representações no Juízo de Instrução**, de acordo com o Regulamento Processual." (grifo nosso) BRASIL. Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Decreto n. 4.388, de 25 de setembro de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4388.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm)>. Acesso em: 21 abr. 2018.

<sup>38</sup> *Ipsis litteris*: "O Procurador poderá solicitar ao Tribunal que se pronuncie sobre questões de jurisdição ou admissibilidade. Nas ações relativas a jurisdição ou admissibilidade, aqueles que tiverem denunciado um caso ao abrigo do artigo 13, **bem como as vítimas, poderão também apresentar as suas observações ao Tribunal**." (grifo nosso) BRASIL. Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Decreto n. 4.388, de 25 de setembro de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4388.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm)>. Acesso em: 21 abr. 2018.

Art. 68(3): Se os interesses pessoais das vítimas forem afetados, o Tribunal permitir-lhes-á que expressem as suas opiniões e preocupações em fase processual que entenda apropriada e por forma a não prejudicar os direitos do acusado nem a ser incompatível com estes ou com a realização de um julgamento equitativo e imparcial. Os representantes legais das vítimas poderão apresentar as referidas opiniões e preocupações quando o Tribunal o considerar oportuno e em conformidade com o Regulamento Processual.

Uma leitura sistemática do dispositivo, por seu turno, indica a complexidade do direito de participação da vítima, relativizado pelos princípios da legalidade, imparcialidade e da segurança jurídica, determinando, desse modo, que referida participação não deve ocorrer de modo avulso ou irrestrito, devendo, antes, se observar os critérios de oportunidade e conveniência, respeitados os direitos e garantias do acusado, em consonância com o Princípio do Devido Processo Legal.

Ademais, convém observar que as vítimas não estão vinculadas à opinião da promotoria, podendo discordar livremente desta, seja para fins de prosseguimento ou para fins de sustar a ação penal, como observa Resende (2008, p. 407), cabendo ao TPI assegurar que o procurador o faça de maneira adequada, considerando também a manifestação das vítimas sobre assuntos de seu interesse.

Além disso, em sede de juízo de Instrução, como pontua Resende (2009, p.407-408), a participação das vítimas pode se dar com a observância do disposto no art. 53 (2), c, combinado com os arts. 54 (1), *b*, 54 (3), *b*, 57 (3) *e*, regulados por um conjunto de Regras de Procedimento e Prova esclarecedoras de como se dará o requerimento de participação e intervenção da vítima nessa fase processual, considerando o superior interesse da vítima e a sua situação pessoal, devendo a vítima ser notificada nos casos em que o procurador optar por arquivar a denúncia baseado na insuficiência ou ausência de provas, na falta de interesse da Corte em levar adiante o processo ou na ausência de gravidade que justifique a incidência da jurisdição do TPI.<sup>39</sup>

Há de se ponderar, enfim, que não obstante adotar, o TPI, uma interpretação casuística dos regimes de participação das vítimas, alguns entraves podem resultar em prejuízo à eficiência dos supracitados comandos, na medida em que se constata certa margem de discricionariedade, cabendo ao julgador determinar em quais casos poderá haver referida participação.

---

<sup>39</sup> Atente-se, ainda, para uma possibilidade de participação da vítima através de uma apreciação de acusação antes do juízo de julgamento, consoante o art. 61 do Estatuto.

É o entendimento de Resende (2009, p.411), afirmando, ainda, que acresce-se ao contexto certa predileção por normas prontas, acabadas, em detrimento do norte principiológico adotado pelo Estatuto, prejudicando, desse modo, o acesso à justiça pelas vítimas, que se veem em meio aos paradoxais regimes de participação, que se muito embora prevê diversos meios de reconhecimento e de participação da vítima no processo, de modo diverso se distancia do princípio de participação dos vitimados ao desvincular a atuação dos julgadores, facultando-lhes a opção pela participação da vítima a depender das circunstâncias fáticas.

Destarte, assiste razão a opinião mencionada, se considerarmos o conjunto de direitos e garantias asseguradas às vítimas pelas normas de Direitos Humanos, notadamente pela Resolução 40/34 de 1985 adotada pela ONU, restando, no mínimo, equivocada uma postura que reduza o alcance de garantias internacionalmente reconhecidas, a exemplo do ocorrido no caso Lubanga, tendo sido adotado entendimento pelos juízes de que lhes caberia determinar, de acordo com critérios de oportunidade e de conveniência, o rol de garantias das vítimas no processo.

Há de considerar, contudo, que a lógica casuística adotada pela Corte objetiva equilibrar os direitos e garantias em jogo, sem olvidar-se das prerrogativas do acusado, privilegiando, desse modo, o Devido Processo Legal, com respaldo nos princípios da impessoalidade, legalidade, do contraditório e da ampla defesa.

Para todos os efeitos, é por esse espaço marcadamente dialético que transita a vítima, sendo, até certo ponto, frutífero e até mesmo salutar, os (des)encontros entre doutrina e jurisprudência, posto ofertar à comunidade internacional o pensamento crítico e a experiência, legados sempre tão caros ao Direito Internacional Penal.

### 3.4 A experiência das Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja

Em retrospectiva, recorda Kiernan (2008, p.13), que teria sido o Camboja palco das mais graves atrocidades cometidas durante o século 20, em decorrência das ações armadas do grupo “Khmer Vermelhos”, em alusão ao povo cambojano, tendo se originado após batalha empreendida durante o processo de colonização da região asiática pelos franceses nos anos 40.

Contudo, seria pela liderança de Pol Pot, por volta de 1963, que ganharia fôlego o movimento dos “Khmer Vermelhos”, adeptos do Maoísmo na sua versão mais radical, influenciados pelas ideias do Partido Comunista da *Kampuchea*. Observa Becker (1998,

p.248), que nesse contexto, buscava-se um novo arranjo social que privilegiasse a classe camponesa em detrimento das demais classes, notadamente da burguesia, projeto esse que contribuiria, posteriormente, na polarização social de classes, culminando na tomada do poder em 1975 pelo grupo dos “Khmer”.

O movimento dos Khmer, entretanto, alcançaria sua popularidade muito antes de terminada a guerra civil empreendida, como relembra Maguire (2005, p.53), impulsionada pela Campanha do Camboja ou Incursão no Camboja, conduzida pelo Comando Aéreo Estratégico (SAC) dos Estados Unidos no leste do Camboja e Laos em 18 de março de 1969 até 26 de maio de 1970, durante a Guerra do Vietnã, resultando na ocupação e destruição de grandes áreas de bases e santuários comunistas protegidos desde a sua criação em 1966, com saldo de aproximadamente 1147 mortos, 5011 feridos e 13 desaparecidos.

Após ascenderem ao poder, como recorda Kiernan (2008, p.159), os Khmer Vermelhos teriam empreendido uma série de mudanças, com destaque para a abolição da moeda, da propriedade e de práticas comerciais, balizados pelo ideal de reforma agrária e de implementação de um regime socialista, repercutindo, consequentemente, em ampla reorganização estatal com gradativa desapropriação de bens, criação de campos de trabalho compulsório, separação de famílias e aldeias, além da perseguição em massa, deportação para os campos de tortura espalhados, à época, pelo país e aniquilação de aproximadamente 2 milhões de cambojanos, considerados aliados ou integrantes da classe burguesa<sup>40</sup>.

Dessarte, após cerca de 30 anos de conflito interno e aproximadamente 10 anos de negociações com a ONU<sup>41</sup>, por volta de 2005, teriam sido implementadas as denominadas Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja (CECC), através de um esforço conjunto entre o governo cambojano e a ONU, com a intenção de julgar os principais líderes do *Kampuchea* Democrático, resultando na consolidação de uma jurisdição “*sui generis*”, à semelhança dos tribunais especiais para Serra Leoa e para o Líbano, em que

<sup>40</sup> Acresce, Bruneteau, que sob a égide desse regime foram feitas inúmeras vítimas, sendo fato que “consoante os métodos utilizados, por amostragem ou residuais, as estimativas mais sérias variam hoje entre os 1.500.000 de vítimas (Ben Kiernan), 1.700.000 (Chandler), 1.800.000 (Sliwinski), e até mesmo 2.200.000 (Heuveline), isto é em relação à população de 1975 calculada em 7.500.000 de pessoas, uma taxa de desaparecimento que oscila entre os 20 e os 29,5 por cento”. Bruneteau, Bernard. O século dos genocídios. Tradução de Isabel Andrade. Lisboa: Piaget, 2004, p. 183.

<sup>41</sup> Recorda, Miranda, que sob pressão da comunidade internacional, teriam os cambojanos dos quatro grupos rivais (o governo de Heng Samrin, o do rei Norodom Sihanouk, o de Son Sen e o Khmer Vermelho) aceitado acordo de cessar-fogo e a presença de uma autoridade provisória das Nações Unidas em território cambojano. Miranda, Fernando Silveira Melo Plentz. Genocídio no Camboja, a Instalação de um Tribunal Penal Internacional Inócuo e a Preservação da Memória, *In: Revista Virtual Direito Brasil*, v. 7, n. 2, 2013.

se constatava tanto a presença de nacionais quanto de estrangeiros em sua composição, sendo, no entanto, a maioria deles juízes nacionais (CIORCIARI, 2006, p.48).

Como pondera Kroker (2012, p.204), referida composição seria um traço distintivo do tribunal, demonstrando certo esforço da ONU em equilibrar o julgamento sem desvencilhar-se, todavia, de um Devido Processo Legal, razão pela qual possivelmente condicionou a composição ao poder de veto dos magistrados internacionais.

Nesse contexto, teria ocorrido a conclusão de julgamento de um dos expoentes do movimento, o dirigente de campo de tortura Kaing Guek Eav (2010), tendo sido imputada a pena de prisão perpétua, seguido do processo de três ex-líderes do Khmer Vermelho, sendo eles: Ieng Sary, conhecido por “Nuon Chea”, ideólogo do regime, estando abaixo apenas de Pol Pot, além de ex-Ministro das Relações Exteriores do Camboja, tendo sido, inclusive, representante do Khmer Vermelho na ONU durante os anos 80; Ieng Thirith, esposa de Ieng Sary, ex-Ministra de Assuntos Sociais e Khieu Samphan, Presidente do *Kampuchea Democrático* e ex-Chefe de Estado, conforme indica Miranda (2013).

Há de se observar, inclusive, que dos três últimos acusados, presos e transferidos para a Corte em 2007, ocasião em que se teria iniciado a fase de inquirições, apenas ocorreria o julgamento após transcorrido 4 anos, implicando em prejuízo ao efetivo exercício do *jus puniendi*, pois, não obstante ser relativamente longo o intervalo de tempo entre as fases de investigação e julgamento, há de se considerar, ainda, aspectos outros, como o falecimento de Ieng Sary e o estado de saúde de Ieng Thirith, acometida pelo Alzheimer, tendo sido considerada inapta no decorrer do processo, e, portanto, não penalizada.

Desse modo, podemos identificar dentro do referido panorama certos aspectos prejudiciais ao estabelecimento de uma jurisdição internacional no Camboja, com destaque para o julgamento tardio dos considerados culpados, além do alcance diminuto da pretensão punitiva e dos obstáculos impostos pelo país no decorrer do processo<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Depoimento coletado pela pesquisadora Tara Urs (2007, p.76), pode ilustrar certo grau de estranhamento entre a sociedade e a Corte, a exemplo do que se segue: “Ouvi falar dos Julgamentos do Khmer Vermelho durante muitos anos, mas nada foi feito até agora. Criar ou não um tribunal é a obrigação do governo. As pessoas sempre seguem o governo. Não tenho ideia nem compromisso com esse tribunal”. (Kampot, agricultor, 51 anos) Urs, Tara. Vozes do Camboja: formas locais de responsabilização por atrocidades sistemáticas. In: SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos, n.7, ano 4, 2007, p.58-99. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sur/v4n7/a04v4n7.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018. Vale apenas dimensionar o conteúdo do depoimento com o disposto no art. 13 da Constituição do *Kampuchea Democrático* ao prever que: “Deve haver completa igualdade entre todo o povo kampucheano (...)”: “The Constitution of Democratic Kampuchea” em The Cambodian Constitutions (1953-1993), Raoul M, Jennar (ed), disponível em: <<http://www.dccam.org>>. Acesso em 23 de abr. de 2018.

Por outro lado, nas ponderações de Miranda (2013), as CECC não são absolutamente inócuas, na proporção em que passaram a contribuir na colheita de provas e preservação histórica das memórias dos fatos ocorridos durante o conflito, indicando, desse modo, sua função simbólica nos processos relativos à implementação da Justiça de Transição no país.

Ademais, interessante aspecto pode ser notado no modelo processual adotado pelas CECC, onde se constata um regime de pré-fixação da participação das vítimas, não condicionado à afetação de seus interesses ou à discricionariedade dos magistrados, operando, desse modo, de forma distinta ao que acontece no rito do Tribunal Penal Internacional (TPI), a exemplo do já mencionado regime de participação previsto no art. 68 (3) do Estatuto de Roma (KROKER, 2012, p.207).

Nesse modelo é garantido às vítimas uma ampla participação no processo, sendo possível tomar conhecimento acerca do seu andamento e das decisões proferidas, sendo facultado à vítima expressar suas opiniões quanto às questões concernentes à fase persecutória, podendo, ainda, requerer aos órgãos de investigação introdução de novas provas e fatos, o interrogatório de testemunhas/acusado, a exigência de medidas reparatórias de cunho moral ou de extensão coletiva, além de lhes ser facultado realizar as alegações finais (KROKER, 2012, p.207).

Outrossim, constata, Kroker (2012, p.208-209), que embora estivesse bem definido o regime de participação, seria na fase de investigações que encontraria o seu desenvolvimento, alcançando significativa expressão no exercício de uma relação dialogal entre vítimas, juízes e acusados, como também na possibilidade da vítima de exercer sua influência no decorrer das investigações, além de contribuir no reconhecimento da vítima, de sua história e de seu sofrimento, permitindo, dessa forma, que exercesse o direito de ser escutada, como também o direito de falar a verdade (*right to the truth*).

Relata, ainda, que até 2010, cerca de 75% das mudanças realizadas nas regras processuais internas implementaram mitigações ao regime de participação dos vitimados (KROKER, 2010, p.786), existindo, também, certas lacunas durante os primeiros julgamentos, decorrentes do não reconhecimento de uma atuação conjunta dos advogados das vítimas, implicando, talvez, em prejuízos nesta participação (KROKER, 2012, p.208-209).

Para todos os efeitos, insta questionar quais contribuições podem ser extraídas dessa experiência e em que aspecto podem auxiliar na consolidação de um sistema de participação atento às reais demandas da vítima, assegurando-lhe a devida participação

no processo, pois, como observa Resende (2009, p.411), "pensar na possibilidade de argumentar em juízo, desprovida da faculdade de acrescentar elementos de fato e de prová-los não faz sentido algum".

Nesse viés, parafraseando os ensinamentos de Rosa Ehrenreich Brooks (2003, p. 2275-2285), não se pode realizar uma análise das CECC sem, antes, considerar o complexo conjunto de circunstâncias que justificaram a sua implementação, de modo que referido projeto parece ter falhado ao importar soluções jurídicas ocidentais a um estilo de vida marcadamente diferenciado.

Há de se justificar, no entanto, a análise do caso ante o estudo proposto, na medida em que se reconhece nas experiências obtidas junto às CECC, elemento-chave para dialogar com o caso Lubanga.

Interessante notar que ao revés do que ocorrera nos julgamentos proferidos no âmbito das Câmeras Extraordinárias, durante o julgamento do líder congolês Lubanga Dyilo, seriam adotadas uma série de medidas restritivas ao longo do processo, que influenciariam decisivamente na determinação do regime de participação das vítimas.

Nesse aspecto, relevante é a lição que se pode extrair dessa experiência obtida nas CECC, onde se pode constatar uma amplitude do regime de participação dos sujeitos vitimados, não implicando, no entanto, em prejuízo às garantias processuais dos acusados.

De toda forma, merece destaque o regime de participação consolidado ao longo da experiência obtida junto as CECC, indicando, não apenas uma conquista do ponto de vista científico, ao contribuir nos debates sobre a participação da vítima nos processos criminais, mas, sobretudo, do ponto de vista empírico, ao inovar no regime de participações através de uma robusta definição do papel da vítima, ofertando possíveis "*insights*" à comunidade internacional, que continua a clamar incessantemente por uma participação eficiente da vítima nos processos criminais.

#### 4. DO CASO *THE PROSECUTOR V. THOMAS LUBANGA DYILO*

A riqueza de experiências e o impacto do caso Lubanga no Direito Internacional Penal, por si só, propõem amplíssima discussão acerca de suas repercussões nos regimes de participação das vítimas perante o Tribunal Penal Internacional (TPI).

Em pesquisa realizada por Zilli, Monteconrado e Moura (2014), os autores efetuam semelhante estudo, partindo de uma investigação minuciosa das decisões proferidas pela Corte no caso, acrescentando o fato de que tal análise pode, enfim, servir à reflexão sistêmica de diversas questões relacionadas à participação dos sujeitos vitimados, algumas, inclusive, aparentemente controversas.

Fato é que com o advento do TPI, antes mesmo de se iniciar a fase de julgamento concernente ao caso, questões controvertidas foram vindo à lume, exigindo acurada análise e uma atuação enérgica por parte dos juízes, que se viram em meio à demandas de alta complexidade. Como afirmam referidos autores (ZILLI; MONTECONRADO; MOURA, 2014, p.108-109), tais questões suscitaram debates, inclusive na fase de apelação, junto à Seção de Recursos (*Appeals Chamber*), impulsionando, aliás, posicionamentos minoritários, que pela sua complexidade, merece menção.

Ademais, o que se percebe é que muitos dos posicionamentos adotados, embora divergentes, partem de um mesmo *locus* normativo, o que sugere algumas deduções, como a predileção por duas vertentes, sendo a primeira delas mais próxima de uma posição vanguardista, e, portanto, sintonizada com o legado dos Direitos Internacionais dos Direitos Humanos (DIDH), ao passo em que a segunda revela certa preferência por um sistema processual que privilegie a paridade de armas (*par conditio*), sustentando, desse modo, um posicionamento orientado pelo Devido Processo Legal, harmonizando os interesses da vítima com as garantias do réu (ZILLI; MONTECONRADO; MOURA, 2014, p.108-109).

Outros aspectos também podem ser notados, tais como a natureza “*sui generis*” dos regimes de participação das vítimas, que como demonstrado anteriormente, se divide entre a rigidez das Regras de Procedimento e Evidência (RPE) e a dinamicidade de outros dispositivos, a exemplo dos já mencionados arts. 15, 19 e 68 (3), indicando, no entanto, a predileção da Corte por uma hermenêutica casuística, analisando caso a caso, os limites de participação das vítimas (RESENDE, 2009), contribuindo, talvez, na geração de um



sentimento de insegurança por parte dos vitimados, que ficam sujeitos às decisões dos magistrados para exercitarem de modo efetivo o seu direito de participar do processo.

Para todos os efeitos, tendo em vista a extensão do objeto e a complexidade do assunto, insta esclarecer que a análise ora empreendida não busca exaurir o tema, tampouco ofertar prontas soluções, sendo, ao revés, objetivo do presente estudo tão apenas apresentar o caso, problematizando-lhe à luz dos regimes de participação das vítimas, de modo a esclarecer algumas questões, a saber: Finalmente, o que significa participar? Quais vítimas poderão participar e quais as condições/limitações para tanto? Em quais estágios e como se dará tal participação?

Essas e outras questões serão melhor apresentadas em análise a ser empreendida nos subtópicos seguintes.

#### 4.1 Antecedentes históricos: Uma breve apresentação do caso Lubanga

O caso Lubanga viria a constituir o marco inaugural do exercício de jurisdição em caráter permanente pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), considerado por alguns autores como sendo paradigmático, além de amplamente divulgado, dada a sua repercussão histórica, por envolver interesses e violação em massa de direitos e garantias de crianças e adolescentes (ALMEIDA; ALVES JR., 2017, p.146-151).<sup>43</sup>

Trata-se do julgamento do congolês Thomas Lubanga Dyilo, nascido em 29 de dezembro de 1960, na cidade de Djibá, sendo, entre os anos de 1998 e 2003, líder rebelde no Nordeste da República Democrática do Congo, condenado em 14 de março de 2012, a 14 anos de prisão pelo TPI.

Conforme relatam Andreia Alves de Almeida e Oscar Francisco Alves Junior (2017, p.146-151), graças à violação em massa de uma série de Direitos Humanos e do cometimento de crimes de guerra, Lubanga teria sido acusado em 20 de março de 2006, havendo a confirmação de acusação em sede de juízo de instrução no dia 29 de janeiro de 2007, tendo se iniciado o julgamento por volta de 26 de janeiro de 2009.

O que se sabe é que Lubanga foi, com muita probabilidade, responsável por uma série de massacres e atrocidades que, porém, não foram considerados pelo TPI. Por isso,

---

<sup>43</sup> Nas palavras de Anthony Lake, diretor-executivo do Unicef: “Esta é uma vitória essencial para a proteção das crianças em conflitos. (...) A condenação de Thomas Lubanga pelo TPI manda uma clara mensagem a todos os grupos armados que escravizam e brutalizam crianças: a impunidade não será tolerada”. Revista Época. Lubanga é condenado por transformar crianças em soldados. Edição de 14 de mar. 2012.

o Procurador-Geral, à época, Luis Moreno Ocampo, teria exigido 30 anos de prisão para o acusado, que, no entanto, se reduziriam a 14 anos de prisão, após 220 dias de processo, tendo sido escutadas, ao todo, 62 vítimas. Aqui convém ressaltar, ainda, que por ter sido preso em 15 de março de 2006, estará livre em 15 de março de 2020, tendo sido, inclusive, interposta apelação<sup>44</sup>.

De acordo com registros e relatos levados à Corte, Lubanga teria aliciado e sequestrado dezenas de milhares de crianças e adolescentes com menos de 15 anos, recrutando soldados do sexo masculino para a Força Patriótica para a Libertação do Congo (FPLC) e escravas sexuais do sexo feminino para servirem ao comando, tendo sido grande parte delas estupradas durante a guerra no Leste da República Democrática do Congo (ALMEIDA; ALVES JR., 2017, p.146).

Nesse aspecto, deve se observar, que até certo tempo, os crimes sexuais e de recrutamento, mais se aproximavam da ideia de regra, que de exceção, sendo compreendidos como desdobramento natural de períodos pós-guerra, nos quais se submetiam famílias, aldeias e grupos étnicos aos grupos vencedores, como forma de recompensa ou de humilhação, consoante lição de Wagner (2012 apud PIMENTEL, 2013, p.6).

A revisitação ao direito de guerra, contudo, teria contribuído para uma nova percepção dos conflitos armados, notadamente influenciada pelos desastres vivenciados após o fim das Grandes Guerras, contribuindo na consolidação de uma proposta humanizada, culminando com a sistematização de normas restritivas de meios e métodos de combate expressas no atual Direito Internacional Humanitário (DIH) (PETERKE, 2010, p.120).

Ademais, teria sido com a edição de Lei n° 10 do Conselho de Controle Aliado<sup>45</sup>, adotada pelos países vencedores da Segunda Guerra Mundial (Estados Unidos, Reino Unido, União Soviética e França), que viria a existir previsão expressa de crimes contra a dignidade sexual em períodos pós-guerra, com enquadramento no conceito de crimes

---

<sup>44</sup> É válido ressaltar que nos anos de 2008 e 2010, o processo quase foi paralisado por problemas de procedimento. Em 2008, teria sido denegado à defesa a exibição de documentos oficiais da ONU utilizados como prova contra Lubanga. Posteriormente, em 2010, nova polêmica teria se instaurado ao ter sido delegada função de investigação a terceiro intermediário, cuja identidade foi resguardada. Aliás, convém observar, inclusive, que a promotoria, embora não quisesse revelar a identidade das vítimas, o fez, por não existir programa de proteção de identidade eficiente na República do Congo. Vide: R7 Notícias. Caso Lubanga: Um marco na história do TPI. <<https://noticias.r7.com/internacional/noticias/caso-lubanga-um-marco-na-historia-do-tpi-20120314.html>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

<sup>45</sup> Segundo Jean-Jacques Israel, a lei n° 10 do Controle Aliado na Alemanha, de 20 de dezembro de 1945, tipificava uma série de crimes contra a humanidade, sem, contudo, atrelá-los a um contexto de beligerância. Israel, Jean-Jacques. Direito das liberdades fundamentais. trad. Carlos Souza. São Paulo: Manole, 2005, p.406.

contra a humanidade, influenciando, posteriormente, na elaboração dos Estatutos dos Tribunais para a antiga Iugoslávia (TPIJ) e Ruanda (TPIR), como observa Pimentel (2013, p.7). Nas palavras do autor (PIMENTEL, 2013, p.7), "os Estatutos e Jurisprudência dos TPIJ e do TPIR constituem uma etapa decisiva para a condenação dos crimes sexuais", entendidos aqui sob uma perspectiva de crimes de guerra, tal qual preconizado pelos arts. 7º e 8º do Estatuto de Roma, ao referir-se às condutas de violação e escravidão sexual, prostituição, gravidez e esterilização compulsória, dentre outras condutas que importem em grave violência sexual.

No caso em tela, é importante observar que Lubanga foi acusado, apenas, pelo crime de recrutamento de menores. Por isso mesmo, reconhece Pimentel (2013, p.9), que referida estratégia utilizada pela procuradoria parece ter prejudicado sensivelmente no acesso das vítimas de crimes sexuais ao processo.<sup>46</sup>

Nesse contexto, embora tivesse sido admitido, no início do processo, a participação de vítimas segundo a aplicação do critério material de competência contido no art. 5º do ER, sendo suficiente que a conduta praticada contra a vítima estivesse sob a jurisdição do TPI, tal entendimento, contudo, seria reformado mais adiante pela Seção de Apelação, reduzindo, desse modo, a participação das vítimas, ao entender como vítima, tão somente, aqueles que se enquadrassem nos termos da acusação, ou seja, as crianças e adolescentes recrutados para atos hostis.

Como sugere Drumbl (2013 apud PIMENTEL, 2013, p.9-11), pode se dizer, inclusive, que esse filtro implicaria em significativa mitigação no regime de participação das vítimas, agora, restritas à condição de crianças alistadas, sendo válido salientar que o só fato de não gozarem de capacidade jurídica, resultaria, também, em prejuízo ao grau de credibilidade de seus depoimentos.<sup>47</sup>

Como se percebe, a questão do acesso ao processo no caso Lubanga não se restringe à produção de provas, adição de novos fatos ou ao acesso de documentos, sendo bem mais ampla, na medida em que envolve o direito de acesso à justiça, à reparação, à integridade física e psíquica, à reinserção social e à assistência dos sujeitos vitimados.

---

<sup>46</sup> Constata, Kai Ambos (2012 apud PIMENTEL, 2013, p.9), que cerca de 106 das 129 vítimas teriam pedido anonimato ao testemunharem. Referido dado sugere certa vulnerabilidade das vítimas e precisa ser considerado conjuntamente com a escolha do tipo penal a ser imputado a Lubanga, como entende Pimentel. Pimentel, Dinamarco. Uma análise ao julgamento do caso Lubanga pelo ICC: das crianças-soldado à violência sexual. Porto: Universidade Portucalense, Departamento Direito, 2013.

<sup>47</sup> Não seria exagero, observar, também, que paradoxalmente, o mesmo Estatuto que tipifica o crime em análise, padece de grave lacuna, na medida em que não prevê condutas delitivas perpetradas por sujeitos menores de 18 anos. Pimentel, Dinamarco. Uma análise ao julgamento do caso Lubanga pelo ICC: das crianças-soldado à violência sexual. Porto: Universidade Portucalense, Departamento Direito, 2013, p.12.

Além do mais, convém observar, por auto, que o processo de reparação de vítimas ainda está em curso, tendo sido, atualmente, proferida decisão pela Seção de Julgamento II, em 15 de dezembro de 2017, concluindo que de uma amostra de 473 pedidos de reparação, cerca de 425 deles eram, provavelmente, de vítimas afetadas direta ou indiretamente pelas condutas do acusado. Nesse contexto, teria sido determinado reparações no valor de USD 10,000,000 dólares, tendo sido concedidas, até o momento, tão apenas reparações coletivas, o que teria motivado o convite do Conselho de Administração do Fundo Fiduciário para as Vítimas à constituição de fundo adicional conjuntamente com o Governo da República Democrática do Congo (RDC).<sup>48</sup>

#### 4.2 Da fase preliminar de investigação

Como nos informa Zilli, Monteconrado e Moura (2014, p.109-110), decisão inicial teria sido tomada pelo tribunal no dia 17 de janeiro de 2006, em fase anterior à acusação, quando, à época, teria sido requisitada à Seção de Questões Preliminares (*Pre Trial Chamber I*), a participação de possíveis vítimas durante à fase de investigação, com base no art. 68(3) do Estatuto de Roma, até então representadas pela Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH).

Nesse contexto, observam os autores (ZILLI; MONTECONRADO; MOURA, 2014, p.109-110), que referida questão exigiria, desde já, certo esforço interpretativo da Corte, sendo conduzida, indiscutivelmente, pelos métodos da Hermenêutica, na tentativa de se responder duas questões básicas, a saber: Existiria um direito de participação na fase preliminar do processo? Em sendo afirmativo a resposta ao primeiro quesito, insta verificar, ainda: Estariam os sujeitos legitimados a tal participação? Ou de modo incisivo, observam, tais sujeitos, os requisitos previstos no art. 68 (3) combinado com o art. 85 do Regimento Interno de Procedimento e Evidência (RPE)?

Doravante, entenderia a Corte pela existência de um direito de participação na fase preliminar do processo, expresso na lógica do Estatuto, que lido de maneira sistemática, conduziria a tal resultado, quando se refere ao processo pelos termos *proceedings* e *procédure*, contidos no art. 68(3), para aludir a uma concepção integral do procedimento, não restrita à fase de julgamento (ZILLI; MONTECONRADO; MOURA, 2014, p.110).

---

<sup>48</sup> Vide: ICC-CPI-20171215-PR1351, Trial Chamber II, Situation in the Democratic Republic of the Congo in the case The Prosecutor v. Thomas Lubanga Dyilo, Trial Chamber II issues additional decision on reparations, 15 dez. 2017.

Desse modo, através de uma leitura sistemática do Direito Internacional, a Seção preliminar teria contribuído na construção de uma semântica receptiva aos Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos, ao admitir a aplicação do regime de participação à fase de persecução, optando por uma interpretação teleológica do Estatuto, sem desvencilhar-se de um acervo jurisprudencial internacional, a exemplo das decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos ou da Corte Interamericana, como bem acentuam Zilli, Monteconrado e Moura (2013, p.111).

Como diria Bantekas, "tal participação deve, no entanto, satisfazer certos critérios" (2010, p.559). (tradução nossa) Com efeito, seria pela leitura sistemática do diploma normativo conjuntamente com o RPE, que se efetivaria tal participação.

Nas lições de Zilli, Monteconrado e Moura (2013, p.112), a inteligência do sistema de participação ocorreria, desse modo, sobre três perspectivas:

- a) Através da atuação, de ofício, da Seção Preliminar, amparada pelo teor dos arts. 56(3) e 57(3) do Estatuto, com vistas a contribuir na preservação dos meios de prova. Há de se observar, aqui, que a participação da vítima implica em medida preventiva adotada pela Corte, logo nos momentos iniciais da persecução.<sup>49</sup>
- b) A partir de uma atuação do Procurador ou da defesa, com vistas a assegurar garantias processuais ou interesses gerais. Observa-se, assim, certa divisão no procedimento, sendo admitida tal participação caso se trate de procedimento público. Se, todavia, houver sigilo com vistas a se assegurar os interesses da defesa, essa participação pode ser relativizada ou ponderada, a depender das circunstâncias concretas, como observam os autores.<sup>50</sup>
- c) Por requisição da vítima interessada, seguido de análise casuística do tribunal.<sup>51</sup>

Em qualquer das situações, contudo, caberia ao TPI determinar o regime de participação na persecução, com base no art. 85(a) do RPE, decidindo através de um juízo de discricionariedade, caso a caso, ponderando entre os interesses pessoais da vítima, que lhe legitimam a expressar sua opinião e intervir na fase de investigação e as garantias processuais do acusado.<sup>52</sup>

---

<sup>49</sup> ICC-01/04, par. 73.

<sup>50</sup> ICC-01/04, par. 74.

<sup>51</sup> ICC-01/04, par. 75.

<sup>52</sup> Vide: Nanzer, Alberto. Disclosure e integridad procesal en el caso Lubanga. In: Ambos, Kai; Malarino, Ezequiel; Steiner, Christian (ed.). Grupo Latinoamericano de Estudios sobre Derecho Penal Internacional.

Ademais, vale lembrar que o Estatuto teria adotado abrangente conceito de vítima entendida de acordo com o art. 85(a) do RPE, como sendo toda e qualquer “pessoa natural que tenha sofrido dano resultante do cometimento de qualquer crime com jurisdição pelo Tribunal”.<sup>53</sup> Referido conceito, abarca, ainda, o conjunto de organizações e instituições “(...) que tenham sofrido dano direto a sua propriedade, que sejam dedicadas à religião, educação, arte ou ciência, ou de fins filantrópicos, e aos seus monumentos históricos, hospitais e outros lugares e objetos para propósitos humanitários.”, conforme preconizado pelo art. 85 (b) do diploma.<sup>54</sup> (tradução nossa)

Além disso, importante aspecto diz respeito à noção de nexo de causalidade adotada pela Corte<sup>55</sup>, compreendida à luz da jurisprudência internacional, tendo sido utilizado os denominados "motivos suficientes para crer" (*grounds to believe*), como nos ensina Zilli, Monteconrado e Moura (2013, p.114-115), cujo teor em muito se assemelha aos "indícios suficientes de autoria e materialidade delitiva" adotado pelo processo penal brasileiro para proposição de denúncia pelo Ministério Público ou requerimento de prisão preventiva, por exemplo. Como observam os autores, devido a sua atuação, ainda, incipiente, e ao pouco aprofundamento do tema, seria pelos "motivos suficientes para crer", que teria desenvolvido, o TPI, entendimento básico acerca do liame lógico entre a conduta tipificada e o resultado danoso, o que nos leva a crer que de alguma forma também pode influenciar na participação da vítima, caso restem inconsistentes tais “motivos”.<sup>56</sup>

Fato é que durante o desenvolvimento da marcha processual novos entendimentos foram sendo adotados pela Seção, repercutindo na retificação de decisões anteriores, afetando, sensivelmente, o regime de participação, na medida em que foram sendo delimitados e melhor esclarecidos alguns fatos e provas (ZILLI; MONTECONRADO; MOURA,

---

Análises de la primera sentencia de la corte penal internacional: El caso Lubanga. Colombia: Unión Gráfica Ltda, 2014.

<sup>53</sup> Vide p.40.

<sup>54</sup> Não é demais lembrar que esse dano deve ser compreendido à luz da jurisprudência internacional, podendo ser direto, indireto, individual ou coletivo, como pondera Bantekas. Vide p.40. Bantekas, Ilias. *International Criminal Law*. Oxford and Portland, Oregon: Hart Publishing, 2010.

<sup>55</sup> Vide: Cardona, Alejandro Aponte. El nexo de causalidad en sede de reparación en el caso Thomas Lubanga. In: Ambos, Kai; Malarino, Ezequiel; Steiner, Christian (ed.). *Grupo Latinoamericano de Estudios sobre Derecho Penal Internacional. Análises de la primera sentencia de la corte penal internacional: El caso Lubanga*. Colombia: Unión Gráfica Ltda, 2014.

<sup>56</sup> É o pensamento dos autores Zilli, Monteconrado e Moura, ao indicarem que referidos motivos devem ser demonstrados pelas vítimas já que recaí sobre elas tal ônus. Zilli, Marcos; Monteconrado, Fabíola Girão; Moura, Maria Thereza Rocha de Assis. A participação das vítimas perante o Tribunal Penal Internacional. Uma análise à luz do caso Lubanga Dyilo. In: Ambos, Kai; Malarino, Ezequiel; Steiner, Christian (ed.). *Grupo Latinoamericano de Estudios sobre Derecho Penal Internacional. Análises de la primera sentencia de la corte penal internacional: El caso Lubanga*. Colombia: Unión Gráfica Ltda, 2014.

2014, p.115).<sup>57</sup> Referida assertiva, no entanto, precisa ser vista não apenas sob o enfoque da Legalidade e do Devido Processo Penal, mas, sobretudo, do ponto de vista do acesso à justiça pelas vítimas, entendendo que tão ou mais vulnerável que o réu são os sujeitos vitimados, que não obstante terem sofrido as mais graves violações, encontram-se, ainda, suscetíveis a sofrer hostilidades e perseguições, tanto durante quanto após o processo.

Aliás, pensar que a conquista processual do acesso pode ser a qualquer momento retificada por “progressivos juízos de culpa”, como os aludidos pelos mencionados autores, nos remete a ideia de um processo, no mínimo, desequilibrado, haja vista considerarmos que pela tradição processualística consolidada no decorrer dos séculos, pode se dizer que, atualmente, o Devido Processo Legal constitui regra e não exceção, ao contrário do que acontece com a vítima no âmbito do processo penal internacional.

Entrementes, pode-se afirmar que durante referida fase, como observam os autores (ZILLI; MONTECONRADO; MOURA, 2014, p.115-118), numerosos quesitos foram sendo elaborados, a exemplo das formalidades a serem observadas nos requerimentos propostos pelas vítimas. Ademais, como poderia se compatibilizar interesses aparentemente antagônicos expressos no anseio das vítimas em participar do processo, tornando-o público, em contrapartida dos interesses do réu, notadamente, no que diz respeito ao sigilo e à ampla defesa?

Nesse viés, consoante os arts. 89(1) do RPE e 86(5) do Regulamento da Corte, tais requerimentos devem ser apresentados à Secretaria que procederá ao exame preliminar, podendo requerer o aditamento, ou não, encaminhando, logo após, para a deliberação da Seção.

Além do mais, constaria em requerimento elaborado pelo representante legal das vítimas no caso, pedido relativo ao anonimato destas, tendo sido gerado novo impasse perante à Seção, pois a defesa teria alegado que referida concessão prejudicaria, por conseguinte, no adequado exercício do contraditório, tendo em vista que não teriam sido observados os requisitos formais concernentes ao requerimento. Aqui, novamente, iria a *Pre-Trial Chamber*, proceder mediante a técnica de ponderação de interesses, como sustentam Zilli, Monteconrado e Moura (2014, p.115-118), considerando o interesse ao sigilo expresso nos arts. 57(3)(c) do Estatuto e 68 do RPE sopesado com o interesse do réu de ter acesso às cópias dos requerimentos, previsto no art. 89(1) do RPE, optando, em seguida, pela supremacia dos interesses da parte ré.

---

<sup>57</sup> ICC-01/04-01/06 de 29 de junho de 2006. Com reserva de crítica, referida argumentação, contudo, merece ser revisitada à luz dos processos de vitimização, o que foge à proposta empreendida.

Merece destaque, ainda, decisão proferida pela Seção Preliminar, concernente à participação das vítimas na audiência de confirmação das acusações, resultando na autorização, pela Seção, da apresentação das alegações iniciais e finais pelo representante das vítimas, além da possibilidade de formular pedidos de intervenção (ZILLI; MONTECONRADO; MOURA, 2014, p.117). Nesse cenário, percebe-se, novamente, a aplicação da técnica de ponderações dos interesses, decidindo, a Seção, em favor do interesse das vítimas, obstando, contudo, a introdução de novos fatos e provas, como também uma participação ativa na produção de provas orais, como indicado pelos autores (2014, p.117-118).

Com efeito e reserva de crítica, parece equivocada a posição dos referidos autores, ao afirmarem, grosso modo, que seria da tônica do processo tais modificações, pois uma naturalização da relação processual, notadamente dos juízos discricionários exercidos em desfavor dos sujeitos vitimados, nos conduzirá, necessariamente, para uma visão estática da vítima no processo, com reflexos na insegurança jurídica e mitigação no acesso destas ao processo.

É preciso, enfim, observar que os interesses considerados no decorrer das decisões proferidas no caso Lubanga, espriam-se para além da relação processual, alcançando o próprio direito de acesso à justiça, entendido aqui enquanto garantia universal. Há de se ponderar, inclusive, que não se almeja uma participação irrestrita, desproporcional ou absoluta. Todavia, reflexão pertinente merece ser realizada quando nos deparamos com referido regime, pois, até que ponto o direito de participação da vítima, com amparo, inclusive, em Resolução 40/34 adotada pela ONU, está sendo efetivamente posto em prática?

Certamente que essa e outras questões sugerem acurada análise por parte da doutrina, posto exercerem relevante influência na construção de uma jurisprudência internacional sobre o assunto.

#### 4.3 Da fase de julgamento e recurso

Relembrem Zilli, Monteconrado e Moura (2014, p.119), que durante o dia 18 de janeiro de 2008, após longa discussão acerca do regime de participação das vítimas na



fase de julgamento, teria sido proferido extensa decisão pela Seção de Julgamento (*Trial Chamber*), na qual se fixava, detalhadamente, o regime de participação a ser adotado.<sup>58</sup>

Nas lições de McKay (2008, p.3), à época, teria sido declarado que as vítimas poderiam participar dessa fase, inclusive no decorrer da instrução, desde que houvesse decisão da Seção, reconhecendo a necessidade/relevância dessa participação.

Ademais, vale recordar interessante questão apresentada em momento inicial junto à Seção. Por ocasião, teria sido indagado acerca da necessidade de identificação das vítimas, como requisito para comprovação do seu *status*.

Nas observações de Zilli, Monteconrado e Moura (2014, p.119), contudo, haveria de se considerar, nesse contexto, a situação de precariedade e extrema vulnerabilidade vivenciada pelas vítimas nesse momento pós-conflito, sendo muitas delas crianças e adolescentes em situação de extrema pobreza.

Ocorre que a participação desses sujeitos dependeria, necessariamente, de uma comprovação de sua condição de vítima, razão pela qual teria se suscitado discussão sobre o assunto, sobretudo, porque o tipo penal que se imputou ao ex-líder congolês era o de recrutamento de menores, sendo imprescindível, desse modo, a comprovação, ao menos da idade dos indivíduos que alegassem a condição de vitimados (ZILLI; MONTECONRADO; MOURA, 2014, p.119).<sup>59</sup>

Nesse contexto, teria decidido, a Seção, pela relativização de aspectos formais concernentes à identificação dos vitimados, contribuindo de maneira crucial no estabelecimento de um regime de participação, na medida em que passaria a facilitar o acesso à justiça, sendo necessária, para tanto, a simples identificação<sup>60</sup> (ZILLI; MONTECONRADO; MOURA, 2014, p.119). Assim sendo, foi admitido pela Seção:

Documentos oficiais de identidade, como carteira nacional de identidade, passaporte, certidão de nascimento ou de óbito, certidão de casamento, testamento, carteira de habilitação e carta de agência humanitária. Admitiu, ainda, documentos não oficiais tais como cartão de votação, carteira de estudante, carta de autoridade local, documentos de tratamento médico, carteira de trabalho e de batismo. Por fim, admitiu certificados ou atestados de extravio de documentos, documentos escolares, carteira de membro de Igreja, carteira de associação política ou partidária, documentos expedidos pelos centros de reabilitação de crianças associadas a grupos armados, certificado de nacionalidade

<sup>58</sup> ICC-01/04-01/06.

<sup>59</sup> Vide: Alfonso, César. El crimen de reclutamiento y utilización de niños soldados en el primer fallo de la Corte Penal Internacional. In: Ambos, Kai; Malarino, Ezequiel; Steiner, Christian (ed.). Grupo Latinoamericano de Estudios sobre Derecho Penal Internacional. Análises de la primeira sentencia de la corte penal internacional: El caso Lubanga. Colombia: Unión Gráfica Ltda, 2014.

<sup>60</sup> Observados os limites do art. 85 do RPE.

ou carteira de pensão (ICC-01-04-01/06-1119, par. 87). A Câmara chegou, inclusive, a admitir que a falta dos documentos poderia ser suprida por uma declaração de identidade, desde que firmada por duas testemunhas. Nesse sentido: ICC-01-04-01/06-1119, par. 88. No caso de organizações ou instituições, admitindo que indicasse a lesão direta à sua propriedade tal como previsto pelo art. 85(b) do RPP. (ZILLI; MONTECONRADO; MOURA, 2014, p.119)

Além do mais, recorda, McKay (2008, p.3), que no decorrer da fase de julgamento, teria sido novamente utilizado pela Corte, o entendimento formado previamente pela Seção Preliminar, autorizando, desse modo, uma participação de vítimas que direta ou indiretamente tivessem sofrido algum tipo de dano (compreendido aqui à luz da jurisprudência internacional, ou seja, em seu sentido amplo), decorrente de conduta criminosa perpetrada, não restrita à indicada nos termos da acusação, observado o disposto no art. 85 do RPE.

Pode se dizer que referida decisão constituiu, à época, tanto avanço, quanto reflexo de uma atuação jurisdicional permanente, que embora incipiente, mostrava-se atenta aos reclames mais urgentes da comunidade internacional. Com efeito, certamente contribuiu enormemente nas discussões afetas ao tema, tendo sido admitido, em um primeiro momento, uma participação com base nos critérios de competência material fixados no art. 5º, não se limitando ao tipo penal indicado nos autos da peça acusatória, como nos ensinam Zilli, Monteconrado e Moura (2014, p.120).

Além disso, teria se decidido pela continuação da aplicação de um regime de participação condicionado à constatação de um interesse específico da vítima, interligado à causa, consoante o disposto no art. 68(3) do Estatuto. Como analisado anteriormente, referido filtro deve ser visto com ressalvas, pois se por um lado equilibra a relação processual e assegura o Devido Processo Legal, de outro modo pode interferir cabalmente, inviabilizando uma efetiva participação da vítima no processo. Aliás, é o que pensam Zilli, Monteconrado e Moura (2014, p.122), ao afirmarem, inclusive, que o dito regime de participação parece operar segundo uma lógica de exceção, perfazendo-se a cada ato processual, através de uma exigência reiterada de requerimento a ser elaborado pela vítima, junto com a comprovação de seu interesse, indicando, assim, seu caráter excepcional.<sup>61</sup>

---

<sup>61</sup> É o que se observa, por exemplo, no art. 91(3)(a)(b) do RPE, ao fixar os critérios de intervenção dos representantes legais para produção de prova oral, aqui novamente compreendida enquanto medida excepcional, sendo necessária a elaboração de requerimento junto à Seção, que procederá à análise das questões, decidindo pela sua viabilidade.

Nesse viés, interessante é a opinião de Blattmann (apud ZILLI; MONTECONRADO; MOURA, 2014, p.125-126), ao ponderar que referida medida implicaria em demasiado ônus à vítima, defendendo, assim, a tese de que seria mais conveniente a realização de um pedido genérico para determinados atos e outros mais específicos para atos processuais que exigissem um exame mais detalhado da participação, de modo a facilitar uma participação continuada da vítima no processo.

No que concerne ao conhecimento das provas, doravante, não se reconheceria o acesso total aos documentos relativos ao processo, como salienta McKay (2008, p.2), consoante o disposto nos arts. 77 e 78 do RPE. No entanto, observam Zilli, Monteconrado e Moura (2014, p.124), que referido entendimento não assumiria contornos extremos, afirmando ser possível o acesso à prova pela vítima, desde que esteja sob a guarda da Procuradoria.

Insta mencionar, ainda, relevante entendimento firmado no que concerne à restrição da sustentação oral, podendo ser realizada por um único representante legal, consoante o disposto no art. 90(2) do RPE. Nesse sentido é a lição de McKay (2008, p.2), ao reforçar que o representante legal pode questionar uma testemunha, ou até mesmo um acusado, devendo, no entanto, ter uma autorização específica da Seção. Aqui, se optou, acertadamente, pela razoável duração do processo. Além do mais, há de se concordar que um processo criminal internacional é por demasiado extenso, dispendioso e desgastante, correndo-se o risco de se protrair por tempo indeterminado, caso a participação se dê, nesse contexto, de forma desarrazoada, como salientam Zilli, Monteconrado e Moura (2014, p.124).

Ademais, teria se reconhecido, também, pela possibilidade de participação da vítima em audiências realizadas sob segredo de justiça, devendo, contudo, se analisar, casuisticamente, os interesses ensejadores para tal, afim de que se possa determinar os limites dessa participação (ZILLI; MONTECONRADO; MOURA, 2014, p.124). Decisão plausível e razoável, se considerarmos que a vítima não constitui parte civil na relação, como bem observam os autores, o que resulta, desde já, na mitigação de sua participação quando a audiência não for pública.

Contudo, não obstante o enfretamento destas e de outras questões relativas à fase de julgamento, ocorreria, mais adiante, certo redimensionamento de alguns aspectos concernentes ao regime de participação, até então adotado.

A essa altura, embora não fossem óbvias as decisões que se seguem, indicava, a Corte, certa predileção por um entendimento que buscasse, no processo, a harmonização

dos interesses em voga, expressos nas postulações das vítimas e das partes, aplicando, sempre que necessário, a técnica de ponderação de interesses, o que, por vezes, lhe conduziu à decisões aparentemente controvertidas.

Fato é que a impugnação de decisão proferida, outrora, pela *Trial Chamber*, durante a fase de julgamento, conduziria, doravante, a um novo entendimento adotado pela Seção de Apelação (*Appeals Chamber*), repercutindo sensivelmente no regime de participação das vítimas no caso.

Aqui, seriam revisitadas três questões já abordadas anteriormente nas fases processuais analisadas, mas que merecem ser citadas, haja vista algumas modificações em seu conteúdo.

A primeira delas diz respeito à operabilidade do conceito de vítima cunhado pelo Estatuto. Até onde se sabe, o conceito englobava toda e qualquer pessoa natural (física ou jurídica) que tivesse sofrido lesão decorrente de grave conduta criminosa, desde que seja, o TPI, competente para o seu julgamento.

De modo refratário, teria observado, a Seção de Recursos, que o art. 85 do RPE, diferenciava, em suas alíneas, as pessoas naturais das pessoas jurídicas de utilidade pública. De modo, que, de agora em diante, adotaria um posicionamento distinto do anterior, reconhecendo que o dano indireto apenas poderia alcançar a pessoa física, restando ser insuficiente a alegação de dano indireto, como critério para participação no processo de pessoas jurídicas, tendo sido mantido, todavia, o entendimento de que o dano poderia ter extensão individual ou coletiva, implicando, necessariamente, no reconhecimento da participação de pessoas físicas vitimadas individual ou coletivamente, consoante nos ensinam Zilli, Monteconrado e Moura (2014, p.126-127).

Segunda questão seria concernente à concepção anteriormente adotada na fase de julgamento de que não necessitaria estar a lesão atrelada ao crime imputado na acusação. Contudo, uma leitura conjunta dos arts. 68(3) do ER e 89(1) do RPE, conduziria a Seção para uma compreensão distinta, tendo sido, adotada referida mitigação no regime de participação das vítimas no caso (ZILLI; MONTECONRADO; MOURA, 2014, p.127).

Questão mais complexa diria respeito à extensão do direito de participação da vítima, sendo fato que, embora suscite amplo debate e não esteja livre de controvérsias, prevalece, no entanto, o entendimento de que a vítima pode produzir novas provas e questionar a admissibilidade destas, conclusão a que chegaram os magistrados através de aplicação do método analógico com base no art. 69(3) do Estatuto (ZILLI; MONTECONRADO; MOURA, 2014, p.128-129).

Com efeito, constata-se que a atuação da Seção Recursal teria gerado significativa mitigação no acesso das vítimas ao processo, ao desconsiderar dois aspectos essenciais, no caso em apreço: a vulnerabilidade das vítimas e a garantia do acesso à justiça, repercutindo, certamente, na consolidação de um acervo jurisprudencial internacional em desfavor dos processos de vitimização.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mais, sem a pretensão de esgotar o tema, posto ser demasiado complexo e abrangente, resta expor algumas considerações e resultados obtidos durante a pesquisa.

Nesse aspecto, em apertada síntese, situamos o atual contexto vivenciado pelo Direito Internacional Penal, ilustrado com base no caso do congolês Lubanga, acusado de abuso sexual de menores e de recrutar dezenas de milhares de crianças e adolescentes menores de 15 anos durante a guerra no Leste da República Democrática do Congo.

Referido caso teria sido o primeiro a ser apreciado e julgado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), resultando na condenação de Lubanga a 14 anos de prisão, com prolação de sua declaração de culpa e condenação, datadas de 14 de março de 2012.

Como se sabe, a confirmação de acusação teria ocorrido em 29 de janeiro de 2007, com enquadramento das condutas do acusado com base nos arts. 6º e 7º do Estatuto de Roma (genocídio e crimes contra a humanidade), aspecto que resultaria em significativa mitigação do regime de participação das vítimas, após pronunciamento da Seção de Apelação, ao decidir pela pertinência da participação com base no tipo penal indicado em peça acusatória, a partir de uma interpretação conjunta dos arts. 68(3) do Estatuto (ER) e 89(1) do Regimento Interno de Procedimento e Evidência (RPE).

Nesse viés, levando em consideração o alcance restrito da acusação, teria sido exigido, à época, a condenação do acusado a 30 anos de prisão pelo Procurador-Geral Luis Moreno, reduzidos por ocasião da sentença a 14 anos, após 220 dias de processo, sendo escutadas, ao todo, 62 vítimas. Além disso, por ter sido preso em 15 de março de 2006, tendo, inclusive, interposto apelação, estará livre por volta 15 de março de 2020, tendo sido descontado do tempo de pena, período relativo ao tempo de detenção.

Interessante observar também, que durante o processo, inclusive na fase de reparação, muitas vítimas foram expostas, tendo suas identidades reveladas devido à ausência de eficiente programa de proteção às testemunhas.

Ademais, convém mencionar que o processo de reparação ainda está em curso, tendo sido proferida recente decisão pela Seção de Julgamento II, em 15 de dezembro de 2017, determinando reparações coletivas no valor de USD 10,000,000 dólares, concluindo que de uma amostra de 473 pedidos de reparação, cerca de 425 deles eram, provavelmente, de vítimas afetadas direta ou indiretamente pelas condutas do acusado. Além do mais, convém observar ainda que apenas reparações coletivas teriam sido concedidas, o que teria motivado o convite do Conselho de Administração do Fundo Fiduciário para as

Vítimas para examinar a possibilidade de constituir fundo adicional conjuntamente com o Governo da República Democrática do Congo (RDC).

Com efeito, a relevância do estudo do caso Lubanga pode ser notada sob duas perspectivas:

A primeira remete à vítima, na qual se constata a aplicação de um regime de participação que se perfaz segundo uma interpretação casuística dos fatos, através de decisões proferidas no decorrer do processo pelas Seções, tendo sido observada gradativa mitigação do acesso ao processo pelas vítimas, na proporção em que se estabelece pela Seção de Apelação entendimento de que referida participação deve se dá por reiterados requerimentos, devendo estar condicionada ao interesse pessoal da vítima e atrelada ao tipo penal constante na acusação. Além disso não se reconheceu a participação de entidades filantrópicas pela arguição de dano indireto, tendo se exigido, desse modo, a comprovação do dano direto.

Já a segunda, refere-se ao estado de arte do atual Direito Internacional Penal, servindo de paradigma para novas discussões afetas à vítima e à possibilidade de implementação de regimes de participação, merecendo menção as experiências decorrentes dos julgamentos ocorridos nas Câmeras Extraordinárias das Cortes do Camboja (CECC), onde se observa a aplicação de um regime de participação pré-fixado nas normas de procedimento. Esse comparativo não deve, contudo, reduzir ambas as experiências, sendo prudente reconhecer que em ambos os casos houveram falhas e acertos durante a aplicação dos regimes de participação, em decorrência da própria incipiência das propostas de jurisdição e de prematuro acervo jurisprudencial sobre o assunto.

De modo geral, o estudo realizado se propôs, *a priori*, à revisitação da história do Direito Internacional Penal, com foco nas tentativas de implementação de cortes jurisdicionais internacionais, tendo sido relatada, ainda, a experiência histórica necessária para a consolidação do TPI. Durante esse percurso histórico observamos ter havido certa relativização de uma razão de Estado no decorrer da história, tida, outrora, enquanto absoluta e irretocável. Observamos, ainda, a gradativa consolidação de uma cultura de responsabilização e de combate à impunidade dos graves crimes, expressa na adoção do princípio de responsabilização dos governantes e superiores hierárquicos pelo TPI, como observa Lewandowski (2002).

Ainda em momento inicial, foi apresentado ao leitor, a estrutura e funcionalidade do TPI, tendo sido demonstrada a sua dinamicidade através de uma leitura sistêmica do ER, inferindo-se, desde já, o atributo de dinamicidade, com apoio nas lições de Jardim

(2010), Piovesan e Ikawa (2003), expresso, sobretudo, na adoção de um regime de participação inovador, que prestigia a participação da vítima no processo, além de estimular a cooperação entre Estados, a colmatação de lacunas legadas de tribunais *ad hoc* anteriores ao TPI, além da possibilidade de reforma do Estatuto e de diálogo deste com o Direito Interno, o que por hora ratifica tal entendimento. Convém ressaltar ainda, como o fez Piovesan e Ikawa (2003), que, no entanto, referida cooperação internacional se perfaz de modo paradoxal, pois uma vez que o Estado se nega à apreciação de determinado caso, pelo princípio da complementariedade, deverá ajudar o TPI no andamento do processo. De todo modo cabe a reflexão acerca do grau de efetividade desse princípio, o que por hora foge ao objetivo do trabalho.

Em momento posterior partimos para uma análise da vítima, compreendida enquanto categoria epistemológica, através de seu estudo no processo penal brasileiro e no processo criminal internacional, tendo sido constatada uma especial tutela direcionada aos sujeitos vitimados, com respaldo na Resolução 40/34 adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Nesse tópico, constatou-se também, tanto a construção histórica de uma tutela jurídica direcionada à vítima através de normas internacionais de Direitos Humanos e de princípios adotados pelo ordenamento pátrio, expressa, sobretudo, no princípio do Devido Processo Legal, quanto a existência de certa dificuldade no acesso de literatura especializada, notadamente no que diz respeito ao processo criminal internacional, tema enfrentado por pouquíssimos autores brasileiros, e que em um contexto internacional, assume, ainda, maiores dificuldades no trato do assunto, se considerarmos que boa parte dos países que adotam o sistema jurídico *common law*, acabam por estudar conjuntamente o direito penal material e processual.

Despontando, então, para a parte final, onde se procedeu ao estudo do caso Lubanga. Não obstante as considerações realizadas, insta mencionar ainda, que pela análise empreendida foi possível constatar uma série de dificuldades procedimentais enfrentadas pela Corte, repercutindo em decisões controvertidas, entendimentos minoritários e significativa mudança de posicionamentos no decorrer do andamento do processo. Aqui somos conduzidos a duas constatações: A primeira diz respeito à recorrente utilização da técnica de ponderação de interesses para fixação do regime de participação e de julgados internacionais para fins de decidir e fundamentar as decisões adotadas. A segunda, por seu turno, refere-se à hermenêutica casuística utilizada, tendo repercutido sensivelmente no regime de participação das vítimas, como dito em outros momentos. Há de se observar, inclusive, que referida casuística prejudicaria no próprio acesso à justiça, na medida em



que impõe à vítima, o ônus recorrente de requerer junto ao TPI sempre que quiser participar de determinado ato processual, devendo, ainda, demonstrar seu interesse de agir. Esse entendimento é fruto de uma leitura conjunta do disposto nos arts. 68(3) do ER e 89(1) do RPE, consoante lições de Zilli, Monteconrado e Moura (2014).

Desse modo, pode se afirmar que os objetivos previamente delineados foram alcançados, tendo sido igualmente respondidos os problemas levantados, sendo verificada, no entanto, a validade parcial da hipótese, na medida em que se constatou gradativa mitigação no regime de participação adotado pelo TPI referente ao caso Lubanga, o que sugere certo refreamento do potencial dinâmico do tribunal.

Observa-se, enfim, amplíssimo campo a ser investigado pelos estudiosos da área, sendo constatado, aliás, pouco acervo bibliográfico que trate de temas conexos às decisões adotadas pelo TPI e ao regime de participação de vítimas no processo criminal internacional, com destaque, ainda, para a ausência de pesquisas relacionadas à Teoria Geral dos Crimes Internacionais, tendo sido, inclusive, uma das grandes dificuldades da Corte ao se debruçar sobre temas como Teoria do Nexo de Causalidade aplicada em delitos internacionais, o que sugere necessário aprofundamento pela doutrina.

## REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Theorie der grundrechte**. Baden-Baden: Nomos, 1985.

ALMEIDA, Andreia Alves de; ALVES JUNIOR, Oscar Francisco. O Tribunal Penal Internacional, a violação em massa de Direitos Humanos e a condenação paradigmática no caso Thomas Lubanga. *In: Revista Constituição e Garantia de Direitos*, 2017, p.137-154. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/viewFile/12257/8486>>. Acesso em 24 abr. 2018.

ÁVILA, Humberto Bergmann. **Teoria dos princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. **Ônus da prova no processo penal**. São Paulo: RT, 2003.

BANTEKAS, Ilias. **International Criminal Law**. Oxford and Portland, Oregon: Hart Publishing, 2010.

BAUMGARTNER, Elisabeth. Aspects of victim participation in the proceedings of the International Criminal Court. **International Review of the Red Cross**. v. 90, n. 870, p.409-440, jun. 2008.

BECKER, Elizabeth. **When the War Was Over, Cambodia And The Khmer Rouge Revolution**. 2.ed. New York: Public Affairs, 1998.

BROOKS, Rosa Ehrenreich. **The new imperialism**: violence norms and the 'Rule of Law'. *Michigan Law Review*, v. 101, p.2275-2285, 2003.

BRUNETEAU, Bernard. **O século dos genocídios**. Trad. Isabel Andrade. Lisboa: Piaget, 2004.

BUSTOS RAMIREZ, Juan; LARRAURI PIJOAN, Helena. **Victimología**: Presente y Futuro de La Victimología. Barcelona: PPU, 1993.

CASTAÑO, Deissy Motta. **A trajetória do direito penal internacional desde o Tratado de Versalhes e Nuremberg até Roma**. *Meritum, revista de Direito da Universidade FUMEC*. Belo Horizonte, v.5, n.2, p.187-213, jul/dez 2010.

CASTRO, Carlos Roberto de Siqueira. **O devido processo legal e a razoabilidade das leis na nova constituição do Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 15. ed. rev. São Paulo. Saraiva, 2008.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

CIORCIARI, John David. 'Introduction.' The Khmer Rouge Tribunal. *In: CIORCIARI, John David (ed.), Documentation Series n. 10. Documentation Center of Cambodia*, Cambodia: 2006, p.11-55.

DE ALMEIDA, Andreia Alves; ALVES JUNIOR, Oscar Francisco. **O Tribunal Penal Internacional, a violação em massa de Direitos Humanos e a condenação paradigmática no caso Thomas Lubanga**. Revista Constituição e Garantia de Direitos. v. 9, n. 2, p.137-154, 2017.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Cleire. **Diálogos**. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. 2 vols. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FEITOZA, Denílson. **Reforma processual penal**. Niterói, Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

FERNANDES, Antonio Scarance; ZILLI, Marcos. Alexandre Coelho. (org.) **Direito processual penal internacional**. São Paulo: Atlas, 2013.

FLORENZANO, Modesto. **Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente**. Lua Nova, São Paulo, n.71, p.255-260, 2007.

GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antônio; FLÁVIO GOMES, Luiz. **Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos; introdução as bases criminológicas da Lei 9.099/95; Lei dos Juizados Especiais Criminais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

GEMAQUE, Sílvio César Arouck. **A necessária influência do processo penal internacional no processo penal brasileiro**. Brasília: CJF, 2011.

ISRAEL, Jean-Jacques. **Direito das liberdades fundamentais**. trad. Carlos Souza. São Paulo: Manole, 2005.

JARDIM, Tarciso Dal Maso. Dinamismo do direito internacional penal após o estatuto de roma: da sudanroom à situação em darfur, sudão. *In: Textos para discussão*, Brasília, n. 68., Ago. 2010. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180156/texto68-Tarciso.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano; MIGUENS, Marcela Siqueira. Justiça de transição: uma aplicação dos princípios de Chicago à realidade brasileira. *In: Revista eletrônica de direito penal*. v.1., n.1., 2013, p. 22-43.

JENSEN, Simone Cristina. A Efetividade do Tribunal Penal Internacional. **Jornal de Relações Internacionais**. p.1-4, fev. 2017.

KIERNAN, Ben. **The Pol Pot Regime: Race, Power, and Genocide in Cambodia under the Khmer Rouge**, p.1975–79, 3. ed. New Haven: Yale University Press, 2008.

KROEBER, Alfred. "O Superorgânico", *in* Donald Pierson (org). **Estudos de organização social**. São Paulo: Livraria Martins, 1949.

KROKER, Patrick. **Transitional Justice Policy in Practice: Victim Participation in the Khmer Rouge Tribunal**. v. 53. German Yearbook of International Law (GYIL), 2010, p.201-212.

\_\_\_\_\_. A integração das vítimas nos processos penais - um novo modelo para a justiça internacional? *In: Prima facie*, João Pessoa, v. 11, n. 21, ano 11, p.201-212, jul-dez, 2012.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. O Tribunal Penal Internacional: de uma cultura de impunidade para uma cultura de responsabilidade. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo/SP, v.16, n. 45, p.187 – 197, mai./ago. 2002.

LOPES, Aury Jr. **Direito processual penal e sua conformidade constitucional**. 3. ed. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2008.

MAGUIRE, Peter: **Facing Death in Cambodia**. New York: Columbia University Press, 2005.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia** – Dos pré-socráticos a Wittgenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARCONI; Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARQUES, José Frederico. **Elementos de direito processual penal**. 2. ed. Campinas-SP: Millennium, 2000.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. O Tribunal Penal Internacional e sua integração ao direito brasileiro. *Anuario de derecho constitucional latinoamericano*, 2006. p.1417-1443.

MAZZUTTI, Vanessa de Biassio. O Tribunal Penal Internacional e os princípios da complementaridade e ne bis in idem. Relatório apresentado para a disciplina de Teoria do Direito/Metodologia Jurídica no Doutorado em Ciências Jurídico Criminais sob regência do Professor Doutor Pedro Barbas Homem na Universidade de Lisboa. *RJLB*, n. 4, 2015, p.1745-1819.

MCKAY, Fiona. Victim Participation in Proceedings before the International Criminal Court. *Human Rights Brief* 15, n. 3, 2008, p.2-5.

MELLO, Sérgio Vieira de. Informe do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e Seguimento da Conferência Mundial de Direitos Humanos. *In: MARCOVITCH, Jacques (Org.). Sérgio Vieira de Mello: pensamento e memória*. São Paulo: Saraiva/EDUSP, 2004, p.91-146.

MIRABETE, Júlio. **Processo penal**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MIRANDA, Fernando Silveira Melo Plentz. Genocídio no Camboja, a Instalação de um Tribunal Penal Internacional Inócuo e a Preservação da Memória, *In: Revista Virtual Direito Brasil*, v. 7, n. 2, 2013. Disponível: <[http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes\\_pdf/direito/v5\\_n1\\_2014/Fernando.pdf](http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes_pdf/direito/v5_n1_2014/Fernando.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MIRANDA, Jorge. **Textos históricos do direito constitucional**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Casa da Moeda, 1990.

MOFFETT, Luke. **Justice for victims before the International Criminal Court**. Abingdon, Oxon: Routledge, 2014.

MONTOLLI, Carolina. **História, discurso e memória: Crimes da Ditadura Militar na Perspectiva Internacional**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2013.

NATHAN, Dev. **Darfur**: primary accumulation and genocide, economic and political weekly, v. 43, n. 35, Aug. 30 - Sep. 5, 2008, p.23-26.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo civil na Constituição Federal**. 6. ed. v. 21. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

NETTO, José Laurindo de Souza. **Processo penal: Sistemas e Princípios**. Curitiba: Juruá, 2003.

NEUMAN, Elias. **Victimologia: el rol de la victima en los delitos convencionales y no convencionales**. Imprenta: Buenos Aires, Editorial Universidad, 1994.

NIETZSCHE, Friedrich. Da utilidade e desvantagem da história para a vida. **Os pensadores**. Obras Incompletas. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NORES, José I. *Cafferata*. **Proceso penal y derechos humanos**. Bueno Aires: Editores Del Puerto, 2000.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. 8. ed., atual e ampl. 3ª tir. – São Paulo: RT, 2009.

OLIVEIRA, Bárbara da Costa Pinto; SILVA, Roberto Luiz (coords). **Manual de direito processual internacional**. São Paulo: Saraiva, 2012.

ONU, Brasil. **TPI sentencia ex-senhor da guerra congolês**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/tribunal-penal-internacional-sentencia-ex-senhor-da-guerra-congolesa-14-anos-de-prisao/>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

PELLEGRINO, Laércio. **Vitimologia (história, teoria, prática e jurisprudência)**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

PETERKE, Seven. (Coord.) **Manual Prático de Direitos Humanos Internacionais**, Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2009. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/linha-editorial/outras-publicacoes/>>. Acesso em: 24 de Abr. de 2018.

PIMENTEL, Dinamarco. **Uma análise ao julgamento do caso Lubanga pelo ICC: das crianças-soldado à violência sexual**. Porto: Universidade Portucalense, Departamento Di-

reito, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.uportu.pt/jspui/bitstream/11328/644/1/Uma%20analise%20ao%20julga-mento%20do%20caso%20Lubanga.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

PINTO, Gabriel Rezende de Souza. As vítimas e o Direito Penal Internacional: por uma participação fundada na teoria do reconhecimento. **Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena**, v. 12, n. 1, 2009, p.399-429. Disponível em: <<https://www2.direito.ufmg.br/revistadoaap/index.php/revista/article/view/34>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

PIOVESAN, Flávia; IKAWA, Daniela Ribeiro. O Tribunal Penal Internacional e o Direito Brasileiro. In.: CONFERÊNCIA NACIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 18., 2002, Salvador, BA. **Anais da XVIII Conferência Nacional dos Advogados: cidadania, ética e estado**. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2003, p.155-190.

R7, Notícia. **Caso Lubanga: Um marco na história do TPI**. <<https://noticias.r7.com/internacional/noticias/caso-lubanga-um-marco-na-historia-do-tpi-20120314.html>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 14. ed. Rio de Janeiro. Lúmen Juris, 2008.

REVISTA ÉPOCA. **Lubanga é condenado por transformar crianças em soldados**. Edição de 14 de mar. 2012.

ROTHENBURG, Walter Claudius. **Princípios constitucionais**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1999.

SÁNCHEZ, Hernando Sánchez; SÁNCHEZ, Raúl Eduardo Sánchez. **Código de derecho penal internacional**. Facultad de jurisprudencia - Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2007.

SANTANA, Selma Pereira de. **Justiça restaurativa**. A reparação como consequência jurídico-penal autônoma do delito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Sofia. O tribunal penal internacional e a construção de uma ordem pública internacional. **Janus.net, e-journal of International Relations**, v. 5, n. 2, Nov. 2014 – Abr. 2015. Disponível em: <[http://observare.ual.pt/janus.net/pt\\_vol5\\_n2\\_art2/](http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol5_n2_art2/)>. Acesso em: 15 abr. 2017.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. La consideración del comportamiento de la víctima en la teoría do delito: observaciones doctrinales y jurisprudenciales sobre la “víctimo-dogmática”. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo v. 34, p. 163-194, 2001.

SOARES, Miguel Serpa (2013). “A Justiça Penal Internacional e a Erosão da Soberania”. **JANUS.NET e-Journal of International Relations**, v. 4, n. 2, p.9-38. Disponível em: <[http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol4\\_n2/pt/pt\\_vol4\\_n2\\_art1.pdf](http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol4_n2/pt/pt_vol4_n2_art1.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2018.

SUNDFELD, Carlos Ari. **Fundamentos de direito público**. São Paulo: Editora Malheiros, 1992.

TIVERON, Raquel. Ébano e marfim: a justiça restaurativa e o TPI orquestrados para a paz sustentável em Uganda. **Revista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**, Brasília, v. 1, n. 5, p.33-61, 2011.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal**. v. 1. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. v.1. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os tribunais internacionais contemporâneos**. Brasília: FUNAG, 2013.

TUCCI, Rogério Lauria. **Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 1993.

URS, Tara. Vozes do Camboja: formas locais de responsabilização por atrocidades sistêmicas. In: **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 58-99, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sur/v4n7/a04v4n7.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

VAN DER VEER, Peter. The secular production of religion. **Etnofoor**, Amsterdam, v. 8, n. 2, p.5-14, 1995.

VARGAS, José Cirilo de. **Processo penal e direitos fundamentais**. Belo Horizonte: Del Rey, 1992.

VENTURA, Jaime Edwin Martínez. Análisis del caso Lubanga. El procedimiento de reparaciones. In: AMBOS, Kai; MALARINO, Ezequiel; STEINER, Christian (ed.). **Grupo Latino-americano de Estudios sobre Derecho Penal Internacional. Análises de la primeira sentencia de la corte penal internacional: El caso Lubanga**. Colombia: Unión Gráfica Ltda, 2014, p.343-375.

ZAGO, Giuseppe. The role of victims at the International Criminal Court: legal challenges from the tension between restorative and retributive justice. **Diritto Penale Contemporaneo**, Editore Luca Santa Maria, Milano, 2010-2014, p.2-17, 12 nov. 2014.

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho; GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **A prova ilícita e o tribunal penal internacional: regras de admissibilidade**. 2006.[s.n.], São Paulo, 2006.

ZILLI, Marcos; MONTECONRADO, Fabíola Girão; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. A participação das vítimas perante o Tribunal Penal Internacional. Uma análise à luz do caso Lubanga Dyilo. In: AMBOS, Kai; MALARINO, Ezequiel; STEINER, Christian (ed.). **Grupo Latinoamericano de Estudios sobre Derecho Penal Internacional. Análises de la primeira sentencia de la corte penal internacional: El caso Lubanga**. Colombia: Unión Gráfica Ltda, 2014, p.107-152.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

WILLIAM, A. Schabas. **An introduction to the International Criminal Court**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

**- Fontes documentais**

ICC-01/04-01/06-1119. **Trial Chamber I, Situation in the Democratic Republic of the Congo in the case The Prosecutor v. Thomas Lubanga Dyilo**, Decision on victims' participation, 21 abr. 2008.

ICC-01/04-01/06-1154. **Legal Representatives of Victims, Situation in the Democratic Republic of the Congo in the case The Prosecutor v. Thomas Lubanga Dyilo**, Réponse du représentant légal de a/0105/06 au requête de la défense et de l'accusation sollicitant autorisation d'aller en appel contre la décision du 18 janvier 2008, portant sur mode participation des victimes, 01 fev. 2008.

ICC-01/04-01/06-1219. **Office of the Prosecutor | Submission, Situation in the Democratic Republic of the Congo in the case The Prosecutor v. Thomas Lubanga Dyilo**, Prosecution's Document in Support of Appeal against Trial Chamber I's 18 January 2008 Decision on Victims' Participation, 10 mar. 2008.

ICC-01/04-01/06-1220-tENG. **Defence, Situation in the Democratic Republic of the Congo in the case The Prosecutor v. Thomas Lubanga Dyilo**, Defence Appeal Against Trial Chamber I's 18 January 2008 Decision on Victims' Participation, 10 mar. 2008.

ICC-01/04-01/06-1239. **Appeals Chamber, Situation in the Democratic Republic of the Congo in the case The Prosecutor v. Thomas Lubanga Dyilo**, Order of the Appeals Chamber on the date of filing of applications for participation by victims and on the time of the filing of the responses thereto by the Prosecutor and the Defence, 20 mar. 2008.

ICC-01/04-01/06-2901, **Trial Chamber I, Situation in the Democratic Republic of the Congo in the Case of the Prosecutor v. Thomas Lubanga Dyilo**, Decision on Sentence pursuant to Article 76 of the Statute, 10 jul. 2012.

ICC-CPI-20171215-PR1351, **Trial Chamber II, Situation in the Democratic Republic of the Congo in the case The Prosecutor v. Thomas Lubanga Dyilo**, Trial Chamber II issues additional decision on reparations, 15 dez. 2017.

MANUAL de Ratificação e Implementação do Estatuto de Roma. **The International Centre for Criminal Law Reform and Criminal Justice Policy**. Vancouver: 2003.

NAÇÕES UNIDAS. **Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio**. Resolução 260 (III) A da Assembleia Geral. Nova Iorque, 1948.

\_\_\_\_\_. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. 17 de julho de 1998. Resolução A/CONF.183/9 da Assembleia Geral. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4388.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm)>. Acesso em: 17 abr. 2018.



**The Cambodian Constitutions (1953-1993)**, Raoul M, Jennar (ed), disponível em: <<http://www.dccam.org>>. Acesso em 23 de abr. de 2018.